

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANTONIO MARCOS QUARESMA FERREIRA

REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE EGRESSOS DO
PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS: categoria Projovem urbano
no município de Igarapé-Miri/PA

Belém, PA

2021

Antonio Marcos Quaresma Ferreira

REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS
NA VIDA DE EGRESSOS DO PROGRAMA
NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS:
categoria Projovem urbano, no município de
Igarapé-Miri/PA.

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas
da Faculdade Latino-Americana de Ciências
 Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte
 dos requisitos necessários à obtenção do título
 de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
 Públicas.

Orientador/a: Profa. Dra. Juliete Miranda Alves

Belém, PA

2021

Ficha Catalográfica

FERREIRA, Antonio Marcos Quaresma Repercussões socioeconômicas na vida de egressos do Programa Nacional de inclusão de jovens: Categoria Projovem Urbano no município de Igarapé-Miri,PA / Antonio Marcos Quaresma Ferreira. Belém/PA: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.:il 93

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador/a: Profa. Dra. Juliete Miranda Alves

Antonio Marcos Quaresma Ferreira

REPERCUSSÕES
SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE
EGRESSOS DO PROGRAMA NACIONAL
DE INCLUSÃO DE JOVENS: Categoria
Projovem Urbano no município de
Igarapé-Miri,PA

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana de
Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 22/11/2021

Profa. Dra. Juliete Miranda Alves
FLACSO/Brasil FPA

Profa. Dra. Beatriz Rodrigues Sanchez
CEBRAP/USP

Profa. Dra. Francilene Aguiar Parente
UFPA

AGRADECIMENTOS

Ao meu Avô Manoel Raimundo Ferreira *(In memorian)*

Aos meus pais Antônio Ferreira e Maria Raimunda Quaresma Ferreira, pelo apoio permanente;

À minha esposa Vanilza Maria e minha filha Ana Sofia, pela parceria de sempre;

Aos meus irmãos Antonio Cleber, Antonio Cleberson, Maria de Jesus, Ivanilda, Ivanete e Alessandra, pelos incentivos e pela valorização familiar;

À minha orientadora Profa. Dra. Juliete Alves, por sempre me apontar os rumos durante a execução da pesquisa;

Ao amigo José Maria Lobato Junior (o qual atuou na época como coordenador do programa no município), por facilitar o contato com os egressos do programa;

Ao Prof. Dr. Édson Antunes, pelos diálogos metodológicos e incentivo constante;

À Profa. Nazaré Rodrigues pelas trocas de conhecimento;

Ao Prof. Dr. Domingos Nonato, pelo compartilhamento de materiais e ideias sobre a temática juventude;

Ao Prof. Me. Israel Araújo, pelas trocas de experiências do âmbito acadêmico;

Ao Prof. Me. Marinaldo Pinheiro Pantoja, ex-diretor da Escola Aristóteles Emiliano de Castro;

À Profa. Claudiane Pinheiro, atual diretora da Escola Aristóteles Emiliano de Castro;

À Profa. Maria do Socorro Rodrigues, ex-diretora da Escola Marilda Nunes;

Ao Prof. Mauro Corrêa, atual diretor da Escola Marilda Nunes;

À Profa. Me. Adriane Gonçalves, pela amizade e parceria;

Ao Prof. José Maria Ribeiro Pinto pelo trabalho de revisão do texto final.

A Fundação Perseu Abramo/FLACSO, por nos proporcionar este desafio.

“Ei juventude, está na hora de mudar
Chegou a nossa vez
Vem pra participar
Vamos lutar
Exigir nossos direitos
Já basta de injustiça e de tanto
desrespeito
Nas asas da esperança, gestamos a
mudança de um Brasil melhor.”

(Trecho da canção “Nas Asas da
Esperança” – considerada o Hino da
Pastoral da Juventude - Autor
desconhecido)

RESUMO

A presente dissertação constitui resultado de pesquisa acadêmica intitulada “Repercussões socioeconômicas na vida de egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Categoria Projovem Urbano) no município de Igarapé-Miri/PA”. Trata-se de um importante estudo sobre o papel desempenhado pelas políticas públicas no processo de enfrentamento às desigualdades sociais. De modo específico a pesquisa buscou compreender o sentido e o alcance das políticas públicas para a juventude, a partir do estranho paradoxo entre desenvolvimento econômico e pobreza urbana. O trabalho faz um apanhado histórico sobre o município de Igarapé-Miri, desde a formação do povoado de Vila de Sant’Ana de Igarapé-Miri, passando pela criação do município e elevação à categoria de cidade. Busca-se dentro de uma perspectiva crítica compreender as raízes da desigualdade econômica e social desde o modo de produção escravista para a produção da cana de açúcar (para fabricação da cachaça artesanal) até processo de urbanização desigual ocorrido após a falência dos engenhos. O município que hoje usufrui do título de “Capital Mundial do Açaí” também enfrenta desafios imensos na área social, onde de modo específico destacam-se as situações de vulnerabilidade a que estão submetidos os jovens, sobretudo das classes populares. Em 2009, o município foi contemplado com o Programa Projovem Urbano, o qual foi executado durante o período de 18 meses, possibilitando aos jovens, elevação de escolaridade, inserção social e capacitação para o mercado de trabalho. A pesquisa buscou assim compreender os efeitos socioeconômicos do Projovem Urbano na vida dos egressos, tal como a contribuição do programa para a conscientização de direitos a uma cidade justa. A pesquisa revelou que os investimentos em políticas públicas têm sido fundamentais para o processo de redução da pobreza, e, conseqüentemente, para a diminuição das injustiças.

Palavras-Chave: Juventude; Cidade; Desigualdade; Qualificação, Inserção Social.

ABSTRACT

This dissertation is the result of academic research entitled "Socioeconomic repercussions in the lives of graduates of the National Youth Inclusion Program (Category Projovem Urbano) in the city of Igarapé-Miri/PA". This is an important study on the role played by public policies in the process of confronting social inequalities. Specifically, the research sought to understand the meaning and reach of public policies for youth, based on the strange paradox between economic development and urban poverty. The work makes a historical overview of the municipality of Igarapé-Miri, from the formation of the village of Vila de Sant'Ana de Igarapé-Miri, through the creation of the municipality and elevation to the category of city. From a critical perspective, the aim is to understand the roots of economic and social inequality from the slave mode of production for the production of sugar cane (for the manufacture of artisanal cachaça) to the unequal urbanization process that occurred after the failure of the plantations. The municipality that today enjoys the title of "World Capital of Açaí" also faces immense challenges in the social area, where, in a specific way, the situations of vulnerability to which young people are subjected, especially from the popular classes, are highlighted. In 2009, the municipality was awarded the Urban Projovem Program, which was carried out over a period of 18 months, enabling young people to improve their education, social inclusion and training for the labor market. The research thus sought to understand the socioeconomic effects of Projovem Urbano in the lives of graduates, such as the program's contribution to raising awareness of the rights to a fair city. The research revealed that investments in public policies have been fundamental for the process of poverty reduction, and consequently for the reduction of injustices.

Keywords: Youth; City; Inequality; Qualification, Social Insertion

RESUMEM

Esta disertación es el resultado de la investigación académica titulada “Repercusiones socioeconómicas en la vida de los egresados del Programa Nacional de Inclusión Juvenil (Categoría Projovem Urbano) en el municipio de Igarapé-Miri / PA”. Se trata de un importante estudio sobre el papel que juegan las políticas públicas en el proceso de afrontamiento de las desigualdades sociales. Específicamente, la investigación buscó comprender el significado y alcance de las políticas públicas para la juventud, a partir de la extraña paradoja entre desarrollo económico y pobreza urbana. La obra hace un repaso histórico del municipio de Igarapé-Miri, desde la formación del pueblo de Vila de Sant'Ana de Igarapé-Miri, pasando por la creación del municipio y la elevación a la categoría de ciudad. Desde una perspectiva crítica, se busca comprender las raíces de la desigualdad económica y social desde el modo de producción esclavista para la producción de caña de azúcar (para la fabricación de cachaza artesanal) hasta el desigual proceso de urbanización que se produjo tras el fracaso de las plantaciones. . El municipio que hoy goza del título de “Capital Mundial de Açai” también enfrenta inmensos desafíos en el ámbito social, donde, de manera específica, se destacan las situaciones de vulnerabilidad a las que están sometidos los jóvenes, especialmente de las clases populares. En 2009, el municipio fue galardonado con el Programa Urban Projovem, que se llevó a cabo durante un período de 18 meses, brindando a los jóvenes educación superior, inclusión social y formación para el mercado laboral. Así, la investigación buscó comprender los efectos socioeconómicos del Projovem Urbano en la vida de los egresados, como la contribución del programa a la sensibilización sobre los derechos a una ciudad justa. La investigación reveló que las inversiones en políticas públicas han sido fundamentales para el proceso de reducción de la pobreza y, en consecuencia, para la reducción de las injusticias.

Palabras Clave: Juventud; Ciudad; Desigualdad; Calificación, Inserción Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do município de Igarapé-Miri -Pará	21
Mapa 2 - Principais aglomerados produtivos	22
Quadro 1 – Polos e Municípios contemplados pelo PROJOVEM urbano	60
Figura 1 - Escola Aristóteles Emiliano de Castro – Ginásio (visão frontal).....	62
Figura 2 - Escola Marilda Nunes, visão frontal	63
Quadro 2: Nomes e perfis dos entrevistados do sexo masculino.....	67
Quadro 3: Nomes e perfis dos entrevistados do sexo feminino	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da taxa de urbanização no Brasil de 1940 – 2010.....	37
Gráfico 2 - Motivos de desistência	71
Gráfico 3 - Quadro de desistência por gênero.....	72
Gráfico 4 - Aproveitamento do curso na visão dos egressos.....	73
Gráfico 5 - Arco profissional escolhido	75
Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos egressos na atualidade	76
Gráfico 7 - Principais espaços de participação social dos entrevistados	78
Gráfico 8 - Fatores de maior contribuição do programa para a vida dos egressos ..	79

LISTA DE SIGLAS

CF/88	Constituição Federal De 1988
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DOE	Desigualdades de Oportunidades Educacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PJ	Pastoral da Juventude
PNAD	Programa Nacional por Amostra De Domicílio
PNJ	Política Nacional da Juventude
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SIAC	Sistema de Inteligência e Análise Criminal
SIDRA	Sistema (IBGE) de Recuperação Automática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI E OS DESAFIOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
1.1. Caracterização e Realidade Socioeconômica do Município	20
1.2. Políticas Públicas: Principais Abordagens Conceituais	27
1.3. Desigualdade e Políticas Públicas no Brasil.....	36
1.4. Conceito e Experiência Juvenil no Município de Igarapé-Miri.....	46
CAPÍTULO 2 - PROJOVEM URBANO: HISTÓRICO NACIONAL E EXPERIÊNCIA LOCAL	53
2.1. De PROJOVEM a PROJOVEM Integrado	53
2.2. A Implantação do PROJEM Urbano no Pará e no Município de Igarapé-Miri	58
2.3. Um Cenário das Escolas que Abrigam o PROJOVEM Urbano	61
2.3.1 Escola Aristóteles Emiliano de Castro.....	61
2.3.2 Escola Marilda Nunes	63
CAPÍTULO 3 A PESQUISA DE CAMPO: REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE EGRESSOS DO PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI.....	65
3.1. A Análise das Entrevistas e Resultados.....	66
3.2. Avaliação dos Resultados	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

A convivência com o público jovem dentro da Pastoral da Juventude (Igreja Católica – Paróquia de Sant’Ana/Diocese de Cametá) me possibilitou, desde a adolescência, profundo contato com as discussões e problematizações sobre os desafios enfrentados por esse segmento. Essas vivências foram aprimoradas ainda mais com a experiência de mais de uma década de atuação profissional no Magistério da rede pública estadual como professor no Ensino Médio (Escolas: Enedina Sampaio Melo e Professora Dalila Afonso Cunha - Regular e EJA 2008-2020), despertando-me, assim, grande interesse em compreender melhor as realidades relacionadas à juventude.

Durante os citados anos, sempre me foram comuns em intervalos de atividades em sala de aula, relatos sobre histórias de vida de jovens, cujo enfrentamento de problemas desafiadores (pobreza, violência, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, situações familiares, dentre outros) constituiu repertórios constantes em suas trajetórias de vidas.

Por outro lado, na contramão dos desafios, foram, também, frequentes as narrativas de superação de alunos que depois de dez, quinze, vinte anos de estudos interrompidos voltaram a ocupar um “banco de escola”, recuperando, assim, o direito de voltar a sonhar com melhores perspectivas de futuro.

Dialogando com diversos autores que debatem o tema da juventude nos tempos atuais, é possível perceber que os desafios sociais enfrentados pelo público jovem no Brasil estão diretamente relacionados ao alto nível de desigualdade existente no país, o que tem, ao longo de décadas, contribuído para a manutenção de privilégios para uns, e para outros a exclusão social e a perpetuação da pobreza.

Quando vamos tratar das realidades e dificuldades sociais no Município de Igarapé-Miri, iremos entender o papel que a educação exerce na vida dos jovens, o que nos faz perceber que mesmo em meio às dificuldades, há exemplos de jovens que após conseguirem driblar as adversidades impostas pelo sistema, chegam até a escola e recuperam parte dos direitos, como o de sonhar com o futuro melhor para suas famílias.

Foram nesses contextos que em sala de aula¹ pude encontrar jovens estudantes oriundos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Modalidade: PROJOVEM Urbano). Sendo que foi através desse programa que tais jovens conseguiram chegar à conclusão do ensino fundamental, conquistando assim, o direito de cursar o Ensino Médio.

Dialogando com alunos de várias turmas, pude testemunhar importantes relatos de persistência e superação de muitos desses jovens, o que me provocou a buscar entender melhor as contribuições desse programa na vida dos jovens no município.

Anos depois, tive o privilégio de acompanhar vários desses jovens desenvolvendo diversas atividades profissionais, e inclusive pude testemunhar alguns desses, ingressando no ensino superior.

Esses fatos somados me motivaram à formulação do projeto de pesquisa para o curso de Mestrado em Políticas Públicas, ofertado através da parceria Fundação Perseu Abramo e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, e assim, poder “mergulhar” melhor nesse debate sobre o papel das políticas públicas na vida da juventude.

Sendo assim, não tive dúvida da necessidade da pesquisa sobre a experiência do PROJOVEM Urbano como objeto de pesquisa para a construção desta dissertação. É nesse sentido que o presente estudo buscou discutir as principais repercussões desse programa na vida dos egressos.

Em um momento em que diversos debates envolvendo o público jovem têm estado muito presente na grande mídia, tem sido também comum a propagação do discurso da criminalização da juventude e a construção do estigma atribuído ao jovem como problema social urbano.

Nesse sentido, o argumento sobre a redução da maioria penal tem sido amplamente defendido por diversas lideranças políticas influentes com proposta de solução para o problema da segurança pública.

Essa discussão, no entanto, não é simples como se propõe nos discursos políticos em questão. É preciso, assim, buscar as raízes do problema da violência no

¹ Nesse caso devo ressaltar que foi na Escola Estadual de Ensino Médio Enedina Sampaio Melo, localizada na sede do município, que tive os primeiros contatos com alunos oriundos do PROJOVEM Urbano.

Brasil e as deficiências no Estado no que diz respeito à promoção de políticas públicas para a juventude.

Segundo o Documento n. 85 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil² (CNBB, 2007), são vários os problemas enfrentados pela juventude no contexto atual como, por exemplo: desigualdades de renda; o acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanência na escola; o desemprego e a inserção no mercado de trabalho; o envolvimento com as drogas; a gravidez na adolescência; a AIDS; as mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito e suicídios); o limitado acesso às atividades esportivas, de diversão, culturais e a exclusão digital, entre outros.

Há no Município de Igarapé-Miri fatores históricos certamente que nos ajudam compreender um pouco a realidade em questão. Podemos citar, como exemplo, o processo de urbanização desigual da Cidade de Igarapé-Miri, cuja aceleração se deu a partir do êxodo rural ocorrido no município. Esse percurso se deu após a falência dos engenhos de cana-de-açúcar na década de 1970, conforme veremos no decorrer deste trabalho.

É certo que o Município de Igarapé-Miri experimentou muitas transformações ao longo desses últimos anos, onde após o período de grandes dificuldades do ponto de vista econômico, novas perspectivas de desenvolvimento foram criadas. Dentre os fatores que contribuíram para tais melhorias, destacamos a organização dos movimentos sociais com os projetos de manejo da produção de açaí (ARAÚJO, 2018, p. 98).

Entretanto, a vida urbana manteve-se com sérios problemas no que diz respeito à falta de perspectivas para famílias de classes populares, onde em nível local observamos poucos esforços voltados para inclusão social de famílias em situação de vulnerabilidade econômica/social. Sendo assim, a juventude foi um dos seguimentos mais afetados pela ausência de políticas públicas urbanas, o que acreditamos ter contribuído para o aumento dos problemas sociais.

Freitas E (2020), ao tratar dos efeitos negativos do crescimento urbano, argumenta que a divisão da estrutura urbana da cidade, somada ao aumento da

² A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é uma instituição permanente que reúne os bispos da Igreja Católica no país. Além de suas atribuições eclesiais, a instituição tem exercido papel social importante, inclusive com posicionamentos diante de temas relevantes.

população, promove uma desigualdade e precarização social, conforme vemos na citação abaixo:

A cidade é dividida também por fatores financeiros ou de renda, as desigualdades se concretizam no contexto do arranjo urbano. Essas características são provocadas simplesmente pelo fato das desigualdades sociais estarem presentes na maioria dos países capitalistas, quanto maiores às disparidades socioeconômicas entre as classes sociais, maiores são as diferenças nas moradias, nos serviços públicos e na qualidade de vida. (FREITAS E, 2020, p. 1)

É certo que essa desigualdade social denunciada na citação acima como característica própria da estrutura urbana capitalista também será explicada no Brasil pelo modelo perverso de produção baseada na mão de obra escrava, que embora após a abolição³ ocorrida em 13 de maio de 1888, se perpetuará como “cultura” e prática na contratação de tarefas consideradas inferiores ou indignas, conforme veremos na citação de Souza J (2018), o qual argumenta que:

Aos abandonados e esquecidos restam as tarefas desqualificadas, típicas da ralé. Estas, em grande medida, como no caso do trabalho doméstico, serão uma continuidade do escravismo, agora sob novas máscaras. A exploração direta da energia muscular – que mal nos distingue de um cavalo ou de uma mula –, com pouco conhecimento incorporado, é a característica distintiva, ainda que não a única, em relação aos trabalhadores com maior grau de qualificação técnica. (SOUZA J, 2018, p. 74).

A citação de Souza J (2018) reitera o processo de desigualdade no Brasil e chama atenção específica para a desigualdade racial, destacando os motivos que contribuem para a sua manutenção.

É certo que na primeira década dos anos 2000, com a ascensão dos governos progressistas de Lula e Dilma (2002-2016), a pauta sobre a desigualdade social no Brasil ganhou mais espaço das agendas governamentais. Isso ficou evidente na criação de diversos programas e projetos voltados para áreas sociais, com objetivos de corrigir injustiças e promover inclusão social. Sendo que foi neste contexto que o país passou a elaborar uma política específica voltada para o segmento juventude.

³ Diversos autores, entre eles SOUZA J (2018), concordam que a abolição foi um processo que na prática não ocorreu de maneira plena. Sendo assim, a escravidão mesmo que em perspectivas diferentes, se manteve ao longo dos anos no país.

Após uma década de implantação de programas da Política Nacional da Juventude, já há, em diversos estados e municípios brasileiros, estudos buscando entender os efeitos dessas políticas na vida dos jovens brasileiros.

Foi baseado neste cenário que trazemos para esta dissertação os resultados de investigação sobre as repercussões do PROGRAMA PROJOVEM URBANO, executado entre os anos de 2009 e 2010 nas escolas municipais **Aristóteles Emiliano de Castro** e **Marilda Nunes**, ambas na Zona Urbana/Igarapé-Miri, *lócus* da nossa pesquisa.

As perguntas iniciais que orientaram a investigação foram: Que efeitos essa política provocou na vida dos egressos do programa? Que perspectivas foram criadas na vida dos jovens a partir da implementação do programa? Que transformações do ponto de vista social e econômico têm sido possível perceber na vida desses jovens?

A busca pela compreensão dos efeitos do programa focou-se nas questões: educacional, profissional e inserção social/cidadã na vida dos jovens atendidos pelo Projovem Urbano no município.

Além da importância acadêmica, há neste estudo uma explícita justificativa social, podendo o resultado servir de subsídio para construção de estratégias e elaboração de novas propostas de políticas públicas para o público jovem, sobretudo para os que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa partiu da hipótese de que o programa PROJOVEM Urbano contribuiu para elevação de escolaridade, inclusão social e econômica dos jovens, possibilitando, assim, a inserção profissional e cidadã desses jovens na sociedade mireense.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as repercussões socioeconômicas na vida dos jovens egressos do Programa Nacional de Inclusão de PROJOVEM no Município de Igarapé-Miri.

Além do objetivo geral, foram definidos para esta pesquisa os seguintes objetivos específicos: a) Conceituar o Programa Nacional de Inclusão de jovem (Projovem), destacando o papel social-econômico das políticas públicas para a juventude; b) Compreender a realidade socioeconômica da juventude no Município de Igarapé-Miri, assim como os fatores que contribuem para tal realidade; e c) Identificar a situação socioeconômica atual de jovens egressos do PROJOVEM Urbano no Município de Igarapé-Miri.

Partindo das especificidades de exigências apresentadas em nosso objeto de estudo, cujo foco foi analisar de modo crítico a experiência do Programa Projovem Urbano no Município de Igarapé-Miri, tivemos por definição o presente caminho metodológico, que optamos assim pela realização de uma pesquisa com característica exploratória dentro de uma proposta qualitativa. Neste sentido, buscamos prioritariamente responder a seguinte pergunta: “Que transformações dos pontos de vista social e econômico ocorreram na vida dos estudantes egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano) no Município de Igarapé-Miri/PA”?

Percebe-se que a pergunta apresentada acima buscou dialogar com o objetivo geral da pesquisa, a qual teve como meta “analisar as repercussões socioeconômicas da vida de jovens egressos do Programa Nacional de Inclusão de PROJOVEM (Urbano) no município”.

Sendo assim, a primeira parte da pesquisa se deu com o levantamento bibliográfico com as principais abordagens sobre o papel das políticas públicas no enfrentamento às desigualdades, tal como a discussão específica sobre as políticas para a juventude. Da mesma forma, também foi feito o levantamento de pesquisas sobre o histórico e as experiências do PROJOVEM Urbano em outros estados.

A segunda parte se deu com a busca de informações documentais sobre a execução do projeto PROJOVEM Urbano no Município de Igarapé-Miri, onde a pesquisa de campo envolveu as seguintes etapas: 1) análise de documentos: relatórios, planilhas, editais, decretos, termo de cooperação, mapa sobre processo de organização e funcionamento do programa etc.; 2) aplicação de questionários a estudantes egressos do PROJOVEM Urbano.

Foram aplicados questionários para egressos do Projovem Urbano no município (com idade de 15 a 29 anos na época de execução do programa), os quais frequentaram o curso nas escolas municipais Aristóteles Emiliano de Castro e Marilda Nunes, ambas na Zona Urbana/Igarapé-Miri (*locus* da pesquisa) durante o período (2009-2010), visando obter informações referentes às contribuições social e econômica atual do programa na vida dos mesmos.

A pesquisa foi realizada no período de 20 de janeiro a 17 de abril de 2021, com 39 egressos (de um universo de 350 ex-alunos) do programa PROJOVEM

URBANO que frequentaram o curso no município de Igarapé-Miri, sendo 14 do sexo masculino e 25 do sexo feminino (oriundos de diversos bairros⁴ da cidade).

Esta dissertação está estruturada com os seguintes capítulos:

Capítulo 1 - Município de Igarapé-Miri e os desafios no campo das políticas públicas. Neste capítulo fazemos um breve apanhado sobre a história do município, desde a formação do povoado de Sant'Ana de Igarapé-Miri, passando pela elevação à categoria de vila, criação do município, tal como as questões de ordem socioeconômica local. Este capítulo foi dividido em três tópicos, a saber: Caracterização e realidade socioeconômica do município; Políticas Públicas: principais abordagens conceituais; Desigualdade e Políticas Públicas no Brasil; e Conceito e experiência juvenil no município de Igarapé-Miri.

Capítulo 2 - Projovem urbano: histórico nacional e experiência local. Neste capítulo fazemos uma abordagem sobre a política nacional da juventude, a criação do Programa Nacional de Inclusão de jovens (PROJOVEM) e sua reformulação com criação de quatro vertentes, entre elas o PROJOVEM Urbano. Este capítulo foi dividido em três tópicos, a saber: De PROJOVEM à PROJOVEM Integrado; A Implantação do PROJOVEM Urbano no Pará e no município de Igarapé-Miri; e um cenário das escolas que abrigam o PROJOVEM urbano.

Capítulo 3: Repercussões socioeconômicas na vida de egressos do programa nacional de inclusão de jovens (categoria PROVEM Urbano) no município de Igarapé-Miri. Este capítulo trata dos resultados obtidos pela pesquisa de campo, que foi realizada com ex-alunos do programa no município. O mesmo foi dividido em duas partes, sendo: A análise das entrevistas; e Avaliação dos resultados.

⁴ Entre os bairros de origem dos alunos egressos do programa citam-se os de maior incidência de conflitos/vulnerabilidade social como ("Cinco Bocas" nome oficial Boa Esperança e "África" trecho do Centro Comercial).

CAPÍTULO 1 - MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI E OS DESAFIOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. Caracterização e Realidade Socioeconômica do Município

Este capítulo se propõe a entender um pouco sobre o Município de Igarapé-Miri (*lôcus* da pesquisa) tal como sua realidade social e econômica, buscando assim, as questões históricas e os desafios enfrentados pelo território no campo das políticas públicas.

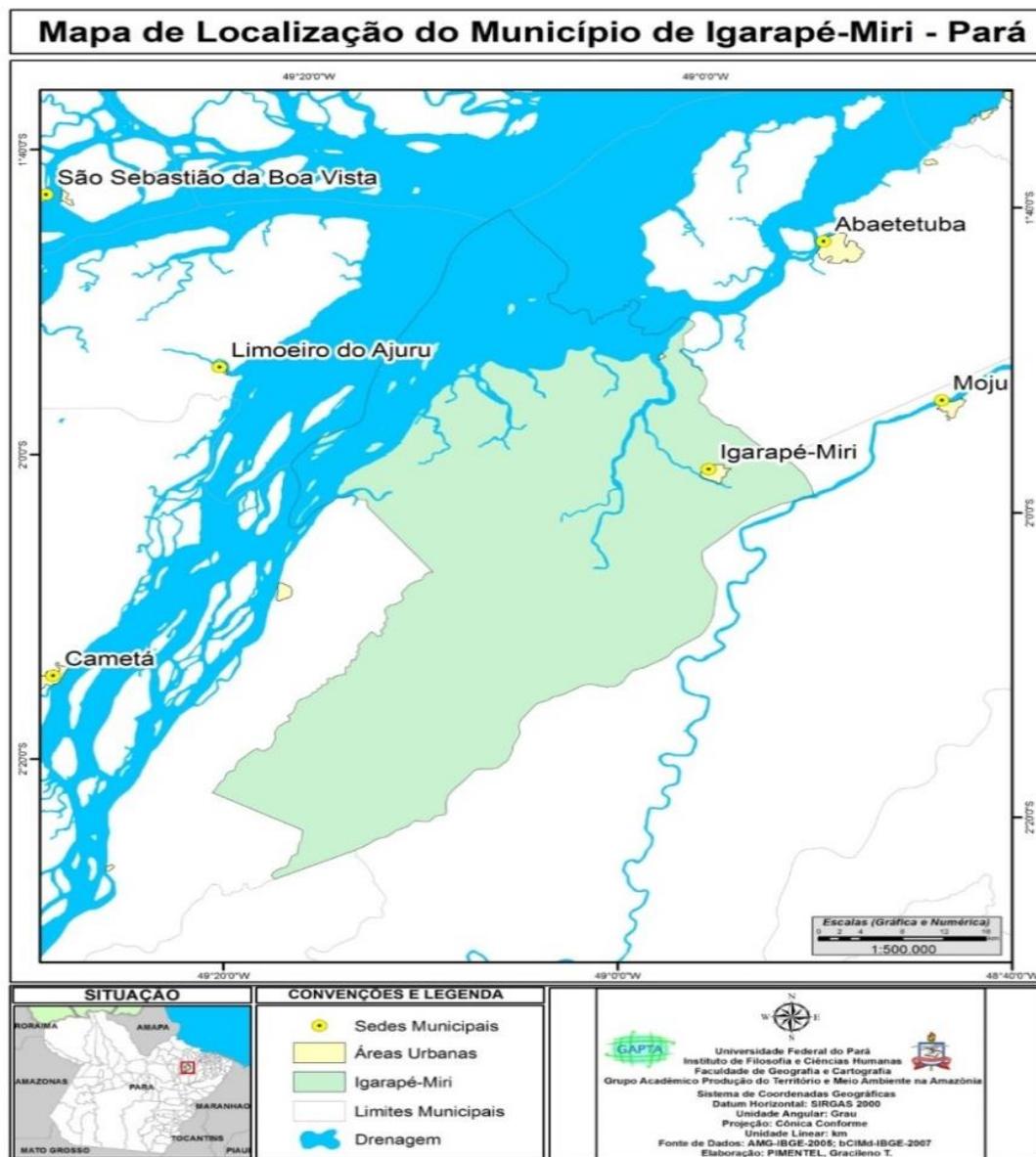
O Município de Igarapé-Miri está localizado na mesorregião Nordeste do Estado Pará, microrregião do Baixo Tocantins⁵, à distância de 78 km (em linha reta) da capital do Estado do Pará, Belém. A cidade é conhecida como a "Capital Mundial do Açaí", por destacar-se pela grande produção deste fruto⁶. O nome da cidade é de origem da língua Tupi-guarani e significa: "Caminho de canoa pequena" ou ainda "Pequeno caminho da canoa".

Quanto à população do município, de acordo informações do IBGE (2019), o número de habitantes está estimado em 62.698 habitantes, sendo que aproximadamente 45% desses munícipes residem na área urbana (distrito sede) e 55% residem na área rural (distribuídos em seus sete distritos, sendo eles: Maiauatá, Anapu, Alto Meruú, Panacauera, Meruú-Açu, Caji e Pindobal).

⁵ Descrição regional utilizada para referir-se ao território composto por municípios banhados pelo baixo Rio Tocantins.

⁶ Segundo Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), divulgada em 2016, a produção agrícola nacional de açaí aumentou de 1,0 milhão de toneladas para 1,1 milhão. O maior estado produtor do produto foi o Pará, com 98,3% do total nacional. Os 20 maiores municípios produtores são paraenses, com destaque para o município de Igarapé-Miri, o maior produtor mundial, com 305,6 mil toneladas, 28,0% da produção do país. Juntos, os cinco maiores municípios produtores (Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Bujaru e Portel) representam 62,7% da produção do Estado. Fonte: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16821-safra-de-acai-foi-de-1-1-milhao-de-toneladas-em-2016>.

Mapa 1 - Localização do município de Igarapé-Miri -Pará

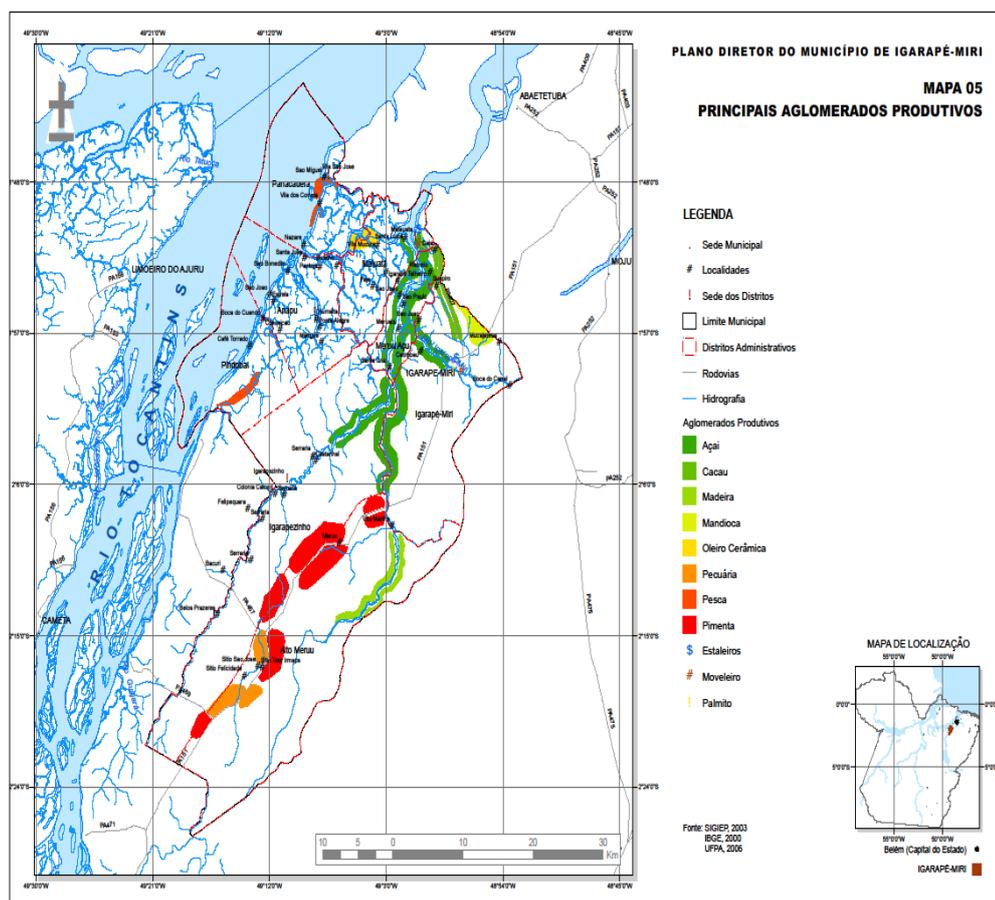


Fonte: PIMENTEL (2020)

Diversas atividades já movimentaram a vida econômica do município, a exemplo da madeira e da cana-de-açúcar. Esta última fonte econômica foi responsável por um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento de Igarapé-Miri, quando o município ficou conhecido pela produção de cachaça artesanal. A partir de meados dos anos 60 (após a já citada decadência dos engenhos de cana-de-açúcar), o município passa a apostar no açaí como alternativa econômica para o desenvolvimento local (SILVA; AMORIM, 2017, p. 2).

Além da produção do açaí (principal atividade econômica atual), o município também possui outros importantes aglomerados produtivos, como: cacau, mandioca, madeira, cerâmica, pecuária, pesca, pimenta, carpintaria naval, movelaria, palmito, entre outros (conforme veremos abaixo no mapa do Plano Diretor do município/2006). A vida econômica do município também é movimentada pelo setor de serviços, pelo comércio, artesanato e principalmente pelo funcionalismo público.

Mapa 2 - Principais aglomerados produtivos



Fonte: Plano diretor do município, UFPA (2006)

No campo da cultura, o município de Igarapé-Miri realiza anualmente eventos importantes, como os festivais do Açaí e do Camarão, concurso de quadrilhas, Carna Miri, Encontro das Cobras Grandes do Jatuíra e da Ponta Negra, Mostra da Cultura Miriense, Dia do Músico, Aniversário da cidade, entre outros.

No campo religioso, o destaque é para a Festividade de Sant'Ana, a qual ocorre no mês de julho (sob responsabilidade da Paróquia de mesmo nome, que desde sua criação encontra-se atrelada à Diocese de Cametá, antiga Prelazia de

Cametá), atraindo romeiros e turistas de vários municípios e até de outros estados. Além da Festa de Sant'Ana, outras dezenas de festividades e programações religiosas (católicas, evangélicas, religiões de matriz africana, entre outras) movimentam a vida religiosa do município durante todo o ano.

Do ponto de vista da distribuição de renda, convém citar que Igarapé-Miri, possui um grande quantitativo de famílias vivendo em situação econômica precária, sendo 55,3% da população com renda mensal per capita de até meio salário mínimo (IBGE, 2010), muitos sobrevivendo graças ao apoio de benefícios do Governo Federal⁷, em particular o programa de transferência de renda “Bolsa Família”.

Quanto à situação da juventude, percebem-se muitos problemas sociais desafiadores relacionados a este segmento, chamando-nos atenção o alto índice de violência vivenciado no município.

De acordo com Corrêa (2014), em seus estudos sobre a questão da violência no município, entre os anos de 2008-2009, houve um crescimento de 142,85% na taxa de homicídios no município. Já no intervalo 2009-2010, a média ficou em 105%. Ainda segundo o autor citado, houve, nesse período, pequena redução da taxa anterior, e atingiu 95,23% dos óbitos. Enquanto que de 2011-2012, a tendência foi de expansão para 125%. A Cidade de Igarapé-Miri está entre os 30 municípios que computaram em 2012 o maior número de homicídios entre as 144 cidades paraenses. Comparando a outros municípios, em nível nacional, Igarapé-Miri ocupou em termos de taxa de homicídios, naquele ano, a posição número 401 entre os 5.565 municípios do território brasileiro (CORRÊA, 2014, p. 02).

Ainda Correa (2014), tratando sobre o problema da violência em Igarapé-Miri, chama a atenção para os dados do relatório da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), que tem como referência o período de 2010 a agosto de 2013, e aponta um aumento de 50% no número de homicídios, entre 2011 e 2012. Já no período de 2012 a 2013, houve acréscimo de 25% nas mortes. Outro detalhe que cabe destacar é que 95% das vítimas eram do sexo

⁷ De acordo com os dados do Ministério da Cidadania, em setembro de 2020 havia 9.703 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Igarapé-Miri, contemplando diretamente 34.688 pessoas. Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>.

masculino e 60% tinha até 34 anos, o que é perfeitamente compreensível, visto que os homens são visivelmente mais assediados pelo crime.

-Os números apresentados nos colocam diante de grandes questionamentos, como por exemplo: Que alternativas estão sendo criadas a fim de se buscar uma resolução para o problema da violência? Qual a relação entre juventude e violência? Que fatores estão atrelados a essa condição do jovem na sociedade atual? Que perspectivas de futuro existem para a juventude no município de Igarapé-Miri diante desse cenário de violência?

Dados recentes do Programa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) mostram que de 2012 a 2020 houve considerável crescimento no percentual de jovens “Nem-Nem” (nem estudam nem trabalham), saltando de 21,1 % para 25,5%. Esses números também nos apresentam grandes desafios: Que estratégias estão sendo criadas no âmbito das políticas públicas para a juventude? Como pensar em alternativas favoráveis à inserção e ao protagonismo juvenil?

Carrano (2003), ao discutir essa temática da juventude, afirma que no campo acadêmico, “uma das grandes dificuldades em se definir os contornos da juventude como objeto social é resultante da insistência dos estudos em associar a juventude com a violência” (CARRANO, 2003. p. 130). Ou seja, ele defende que equivocadamente o segmento juventude vem sistematicamente sendo tratado como problema e não como campo de problematização. Nesse sentido, para pensar a juventude faz-se necessária uma ampla compreensão para além das abordagens predominantes, sendo também necessário reconhecer o jovem como potencial sujeito participante do processo de construção da sociedade em que vive.

A cientista social e antropóloga Leila Jeolás (1999) ao abordar o comportamento da juventude na sociedade atual cita que:

Com as transformações ocorridas com o acelerado processo de urbanização desigual, importantes relações de sociabilidade que se formavam com a realização de festividades na comunidade, com as competições entre bairros, festas comunitárias, deram lugar a outras formas de sociabilidade entre os jovens, que passaram a se organizar em grupos com suas normas e códigos particulares. (JEOLÁS, 1999, p. 34).

Como é possível perceber na citação acima, a autora defende que a questão do crescimento urbano provocou uma série de mudanças no comportamento dos jovens, instituindo novas formas de relações.

Chama-se atenção para a desigualdade social que ironicamente se acelera junto com o crescimento urbano, haja vista que as divisões mercadológicas da cidade (inclusive com esquemas de especulação imobiliária) impedem uma justa distribuição habitacional nos espaços da cidade. É certo que “ninguém nunca viu a mão do mercado, entretanto, ao caminhar pela cidade, todos (...) se deparam com os muros que essa mesma mão construiu para dividir a cidade entre integrados e excluídos” (CARRANO, 2003, p. 85). Sendo assim, restam aos mais pobres as precárias condições de moradias nas regiões periféricas da cidade, longe de qualquer possibilidade de infraestrutura e atenção adequada do poder público. Também as relações de sociabilidade, antes alicerçada mais nas relações familiares e comunitárias, ganham novas configurações; agora caracterizadas por práticas urbanas, como por exemplo, a individualidade, o consumo, a competitividade, entre outras.

É preciso recorrer a fatores históricos para compreender que essa questão da urbanização desigual no Município de Igarapé-Miri, que, de acordo com pesquisadores locais, está atrelada ao êxodo rural ocorrido a partir da falência dos engenhos artesanais, e, conseqüentemente, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar, ocorrido na década de 1970. Sobre essa questão, Garcia (2011) descreve que:

(...) a decadência da indústria aguardenteira provocou o êxodo rural, forçando o caboclo a migrar para a sede do município ou capital do estado, em busca de melhores condições de vida, fato que mudou totalmente a condição do caboclo que vivia tranquilo com seu trabalho ou sua pequena plantação de cana. (GARCIA, 2011. p. 72).

A citação da autora revela mudanças de perspectivas econômica e social do caboclo⁸ amazônida, antes acostumado à realidade ribeirinha rural (embora, precária como podemos deduzir). Ainda assim, lhe possibilitava um estilo de vida caracterizado por certo grau de tranquilidade, típico da vida comunitária/rural.

Por outro lado, a sua nova realidade (agora urbana), marcada pela ausência de oportunidades e perspectivas, lhe trará uma série de desafios, cuja consequência será a pobreza e a marginalização.

⁸ Na perspectiva adotada por Garcia (2011) a classificação social para referir-se ao homem nativo da Amazônia, que vive interagindo com rios e florestas. Detentor de saberes e valores tradicionais.

Garcia (2011), refletindo sobre a nova realidade do caboclo mireense diante das exigências da vida urbana, destaca que:

Sem formação técnica, nem intelectual, não conseguia um emprego digno e acabou desenvolvendo trabalho braçal, com minguada remuneração que não lhe permitia moradia condizente, nem alimentação e educação para sua numerosa prole. Desse modo a tendência foi a marginalização e invasões de área da periferia da cidade. -(GARCIA, 2011, p. 72).

A citação da autora acima destaca a deficiência de escolaridade do caboclo, agora na cidade, como um dos fatores que irão contribuir para a sua vulnerabilidade social cuja tendência será a continuidade a ser vivenciada pelos seus filhos que herdarão dos seus genitores a reprodução das condições de pobreza.

Essa compreensão sobre perpetuação da pobreza na vida das famílias advindas da área rural é ratificada por Ferreira (2019), que também ressalta os fatores que contribuíram para as condições de vulnerabilidade social na cidade de Igarapé-Miri. O autor também destaca que “outros por serem de famílias negras⁹ foram vítimas do preconceito racial e do descaso do poder público, tendo dificuldade para inserir-se no mercado de trabalho”. (FERREIRA, 2019, p. 11).

Certamente, essa é uma realidade dos jovens na atualidade, que deve ser motivo de preocupação e busca de alternativas de enfrentamento ao problema da vulnerabilidade.

De acordo com Castro (2012):

Os jovens sentem-se discriminados por várias razões: por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros da periferia ou favelas, pela sua aparência física, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho, pela condição racial e até pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros. Há reações contra os jovens que aprendem dança e música, e eles próprios são violentos contra os homossexuais, ou seja, reproduzem discriminações. Na medida em que existe uma representação social da juventude como irresponsável, muitos são discriminados simplesmente por serem jovens, o que diversos enfatizam. (CASTRO, 2012, p. 12).

O fragmento acima revela que a discriminação é um problema que exclui o jovem, inclusive pelo fato de ser jovem, (ainda mais sendo da periferia, negro e/ou

⁹ Essa questão racial na cidade do Igarapé-Miri é exemplificada pela existência de um trecho em uma rua, apelidada de “Bairro da África”, a qual concentra um grande número de jovens negros e pobres, filhos oriundos da zona rural, sendo muitos vivendo sem perspectiva e atenção do poder público. (FERREIRA, 2019.11).

pobre), das possibilidades e perspectivas otimistas dentro das cidades, restando-lhe o desencanto e as condições de vulnerabilidade social, tal como o distanciamento e a descrença no que diz respeito à vida política e às instituições do país.

1.2. Políticas Públicas: Principais Abordagens Conceituais

Neste tópico trataremos do debate conceitual com as visões de autores sobre a questão das políticas públicas, as quais a partir das produções acadêmicas, nos ajudarão a compreender melhor essa discussão.

Partiremos do entendimento sobre os termos “política” do grego *politikos*, isto é, algo relacionado aos grupos sociais que integravam a pólis (cidade-estado) e “público”, cuja origem vem do latim *publicus*, ou seja, aquilo que é para o povo.

Para a filósofa Hannah Arendt (1906-1975)¹⁰, a política deve ser entendida como atividade, isto é, algo que só pode efetivar-se no ambiente da esfera pública mediante o exercício da ação e o discurso (ARENDR, 2001).

Ainda sobre o termo público, podemos entender tratar-se daquilo que se contrapõe ao privado, *privatus*, colocado à parte. Dito em outras palavras, trata-se daquilo que se distingue da vida particular ou da vida familiar.

Duarte (2000), seguindo a mesma linha do pensamento arendtiano, assinala que a política não reside no homem enquanto condição essencial nem nos homens enquanto indivíduos isolados, haja vista que sua efetividade exige sempre a presença dos outros “[...] só podendo manifestar-se de maneira concreta onde exista um espaço público destinado à interação humana” (DUARTE, 2000, p. 210).

Antunes e Alves (2004) defendem que o termo público remete-se a dois fenômenos distintos, embora correlacionados, a citar: 1) Em primeiro lugar entende-se que o termo centra-se na ideia de acessibilidade: ou seja, tudo aquilo que vem a público ou está acessível para todos, ou ainda aquilo que pode ser visto e ouvido por todos; 2) Em segundo lugar, entende-se que o termo “público” centra-se na ideia do que é comum, de um bem comum ou do interesse comum. Hannah Arendt ao tratar sobre o sentido de esfera pública, a concebe como mundo comum aos que nele

¹⁰ Hannah Arendt (nome de nascimento: Johanna Arendt) foi uma importante pensadora alemã de origem judaica. Escreveu obras como *Origem do Totalitarismo*, *A Condição Humana*, dentre outras.

habitam “como uma mesa dos que se assentam e se interpõe ao seu redor” (ARENDR, 2007, p. 62).

Mas o que dizer então do termo políticas públicas? Que sentido pode ser atribuído a essa expressão? Qual a importância dessa discussão nos tempos atuais?

Para Freund (1970), política pública deve ser entendida como “atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular” (FREUND, 1970, p. 11). As políticas públicas entendidas, dessa forma, são instrumentos fundamentais para garantia da justiça, a ordem e o bem estar dentro de determinado espaço territorial.

Giovanni (2017), ao tratar sobre as estruturas elementares das políticas públicas, defende que o conceito de políticas públicas vai além da intervenção do Estado sobre uma realidade social considerada problemática, mas sim deve ser pensado como forma contemporânea de exercício do poder nas dentro de uma sociedade democrática. Ainda no mesmo raciocínio, o autor argumenta que as políticas públicas devem ser compreendidas como “alguma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas” (GIOVANNI, 2017, p. 2). Neste sentido, é possível entender que, além da competência estatal, a construção das políticas públicas está diretamente atrelada à capacidade de organização da sociedade, haja vista que é de instrumentos populares, como sindicatos, conselhos, associações, entre outros, que a participação social se torna realidade.

É certo que dentro de uma concepção de estado liberal, a origem das políticas públicas é associada a uma espécie de concessão dos estados, como “resposta às demandas sociais”. Nesta leitura, as pressões sindicais ocorridas durante os séculos XVIII e XIX teriam sido interpretadas como “ameaças socialistas” “assombrando”, assim, o poder político na Europa. Nessa interpretação, o Estado se antecipa às citadas pressões, cedendo parte das reivindicações pautadas. Muitas dessas conquistas acabam inclusive chegando à população em geral como fruto da generosidade pessoal de funcionários estatais. Giovanni (2017), ao tratar sobre essa questão, relata episódios curiosos daquele contexto, a exemplo do qual citamos a seguir:

Em 1908, o governo inglês atribuiu uma pensão de cinco xelins para pessoas idosas. Era um programa que hoje chamaríamos de transferência de renda. Semanalmente, os idosos dirigiam-se às agências de correios para retirar seu benefício. Muitos deles não conseguiam entender aquilo como uma ação do Estado. Pensavam ser resultado da generosidade pessoal do agente postal, a quem retribuía com cestos de maçã, ovos, patos ou gansos. (GIOVANNI, 2017, p. 3).

Convém destacar que o século XX foi o século dos direitos sociais, visto que foi nesse período que os direitos de cidadania ganharam consistência e consolidação. Esses direitos tornam-se, portanto, fundamentais para formação de atores que como grupos e instituições passam a ter condições de participação na formulação das políticas públicas.

Buscando entender as políticas públicas enquanto área de conhecimento, compreende-se que sua estruturação remonta aos anos de 1950 nos Estados Unidos. Nessa perspectiva, a definição mais conhecida era de que política pública poderia ser entendida como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE, 1975, p. 02).

Nesse sentido, as políticas públicas seriam resultado de escolhas feitas pelos governos, sendo, portanto, definições institucionais que não poderiam ser de competências de organizações não governamentais, ainda que estas pudessem influenciar, direcionar, controlar e até mesmo ajudar no processo de formulação.

No contexto brasileiro, temos como marco, os anos pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88), cuja reforma do Estado contribuiu para a consolidação das carreiras públicas de especialistas nessa área, inclusive com a criação de cursos de graduação e pós-graduação nesse campo.

A consolidação da nova democracia teria assim contribuído para a consolidação de novos instrumentos de participação cidadã, substituindo as antigas práticas baseadas no clientelismo e no nepotismo. O objetivo era, portanto, dar mais qualidade e efetividade às políticas públicas com base em resultados.

Melo (1999) divide os estudos das políticas públicas em duas fases, sendo elas: a) a primeira baseada nas transformações das políticas sociais e a crítica ao regime autoritário sobre a política social; b) Já a segunda trouxe debates sobre questões mais administrativas com estudos de impactos e estruturas. Essa proposta de racionalização da governança necessitaria do respaldo da sociedade. A construção de programas e projetos deveriam ter objetivos bem definidos.

A partir dos anos 2000, as políticas públicas passariam por um intenso processo de descentralização do poder e uma maior responsabilização para os entes federativos.

As discussões atuais vêm propondo destaque para uma compreensão cada vez mais multidisciplinar das políticas públicas. Nesse sentido, áreas como ciência política, sociologia, antropologia, administração pública, relações internacionais, psicologia social, direito e história, passam a ser fundamentais no debate das políticas públicas (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Essa compreensão de políticas públicas como campo de conhecimento interdisciplinar traz consigo uma das grandes dificuldades da pesquisa nesse campo, isto é, o que fazer para sistematizar toda a produção? A resposta para esses questionamentos implica pensar que a expansão dos estudos em políticas públicas se deu através de pesquisas em diversas áreas, exigindo assim, constantes diálogos entre pesquisadores de diferentes disciplinas.

Saindo do debate teórico/acadêmico propriamente dito e indo para a discussão sobre a ação política, Teixeira (2002) diz que:

Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Em outras palavras, as políticas públicas são diretrizes que orientam o poder público para a construção de ações voltadas para cada área. Teixeira (2002) afirma que:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A citação resume o entendimento de que as políticas públicas são definidas por quem detém poder político, que por sua condição de gestor, sempre tem a legitimidade para definir o que fazer, quando fazer, para quem fazer. Essas decisões refletirão diretamente nas consequências da sua ação, podendo assim resultar em promoção da justiça social ou manutenção das injustiças, dependendo do modelo que foi adotado.

Em uma abordagem mais específica das políticas públicas, podemos analisá-la dentro do foco do debate social, isto é, das políticas sociais, onde de acordo com o entendimento de Behring e Boschetti (2008) está mais voltada para a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparada pela lei (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.102).

Castro (2012), ao tratar da compreensão sobre políticas públicas nessa perspectiva das políticas sociais, defende que estas seriam parte das ações do Estado, e que se configurariam como fonte importante não só da justiça social, mas também do processo de desenvolvimento econômico estatal, buscando cumprir tanto o papel da justiça e da coesão, quanto à dimensão produtiva, conforme vemos na citação abaixo:

A concepção sobre a política social sustenta-se no fato de que ela, em seu estágio mais avançado se faz presente mediante complexos esquemas de distribuição de renda, produção e provisão de bens e serviços, distribuição de ativos patrimoniais, aplicando significativas parcelas do Produto Interno Bruto (PIB) além de regular alguns setores do mercado e empregar expressiva parcela da força de trabalho do país. Em seu desenrolar, essas políticas afetam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, induzindo melhorias na qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, dadas suas dimensões, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia alcançado, tornando-se, assim, elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional. (CASTRO, 2012, p. 2).

O fragmento citado revela um posicionamento do autor no sentido de perceber a importante relação entre as políticas sociais e a questão do desenvolvimento, com o argumento de que os investimentos nesse segmento, além de contribuir para a promoção da justiça social, também contribuem para a melhoria da atividade econômica.

Compreende-se que as políticas sociais buscam cumprir dois objetivos conjuntos, sendo eles: a proteção social e a promoção social, sendo que por proteção social, encontra-se expressa na seguridade social, cuja preocupação maior

seria o cuidado a indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade, conforme vemos nos exemplos citados: a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos que independem da vontade individual; b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano, crianças e idosos, por exemplo; c) situações de risco, como em casos de acidentes que acarretam a invalidez, entre outros.

Já a promoção social pode ser entendida como estratégia para combater a desigualdade (promoção da igualdade), o que só é possível a partir da identificação e reconhecimento das realidades a que são submetidos indivíduos e/ou grupos sociais. Nesse sentido, são necessárias estratégias como a expansão da oferta de serviços, levando-se em consideração essas injustiças praticadas ao longo da história.

Um exemplo de promoção social é o sistema de cotas no país¹¹, a qual prevê percentuais de vagas em universidades para pessoas negras, comunidades indígenas, estudantes de baixa renda, entre outros.

Carvalho e Oliveira (2017), em estudo que trata sobre a implementação de uma política de combate ao fracasso escolar, avalia um programa escolar realizado por uma escola municipal do Rio de Janeiro. As autoras buscam compreender a experiência de uma política de correção de fluxo focalizando os agentes implementadores, questionando a distribuição de benefícios e sanções baseados em julgamentos de méritos (merecedores e não merecedores). Nessa tarefa de identificação do fracasso escolar, precisa ser analisada com bastante conhecimento e olhar atento a realidade social e histórica, sob o risco da escola perpetuar-se como ambiente para manutenção das desigualdades. As autoras registram que:

11 Trata-se de um modelo de política de ações afirmativas criado para garantir menores desigualdades socioeconômicas e educacionais. O objetivo é tentar contribuir para a correção de injustiças históricas, herdadas. Criado inicialmente nos Estados Unidos, na década de 60, com o intuito de diminuir as desigualdades entre negros e brancos. No Brasil, esse sistema tornou-se conhecido em meados dos anos 2000, com a experiência inicial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a qual criou um sistema de cotas em processos seletivos para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que previa 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas. Outras universidades também foram aderindo às cotas em seus processos, destinando vagas não só para negros, como também para povos indígenas, pardos e membros de comunidades quilombolas, tal como para deficientes e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas. A medida fortaleceu-se ainda mais a partir de agosto de 2012 com a aprovação da lei nacional nº 12.711, conhecida também como “Lei das Cotas”, sendo regulamentada através do decreto 7.824/2012. -A lei propõe que 25% das vagas sejam a estudantes da rede pública com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo, 25% para candidatos que estudaram integralmente no ensino médio e que possuem renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo e, ainda, um percentual para pretos, pardos e indígenas.

No caso da escola investigada, os projetos de aceleração para alunos multirrepetentes representaram uma demanda adicional que acabava secundarizada no elenco de prioridades. A percepção predominante é a de que os projetos representavam “o resto”, no sentido de que a comunidade escolar não se engajava ativamente no atendimento a esses alunos, por questões estruturais e simbólicas. Isso transparecia, por exemplo, na organização das turmas e na alocação de recursos materiais e humanos para atendê-las. (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 7).

O fragmento acima expressa o desapontamento diante da experiência apresentada, onde as falhas e incoerências no projeto acabaram dificultando o verdadeiro objetivo da política implementada, quando o seu papel seria de desenvolver estratégias para compensar as desvantagens a grupos sociais historicamente desfavorecidos.

Na análise de muitos autores, o investimento em políticas sociais vai além da dimensão social propriamente dita, mas cumpre também papel importantíssimo no aspecto econômico, proporcionando, assim, ampliação no sistema de garantia de renda e ajudando no desenvolvimento local, conforme se lê na citação abaixo:

Em sociedades heterogêneas, quanto mais amplas forem as rendas manejadas e destinadas às camadas mais pobres, maior a capacidade de alteração do padrão, gerando a possibilidade de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo. (CASTRO, 2012, p. 2).

A citação, portanto, ressalta o papel fundamental desempenhado pelas políticas públicas, haja vista que além de contribuir com a distribuição de renda e diminuição da desigualdade, também cumpre forte impacto da melhoria da atividade econômica, repercutindo no crescimento da produtividade do país.

É visível que os investimentos feitos em programas sociais nos últimos anos (em particular os programas de transferência de renda) trouxeram inúmeros benefícios para o mercado, permitindo aos beneficiários a liberdade para potencialização do consumo. Esses investimentos possibilitaram a dinamização da produção e o estímulo ao emprego, multiplicando a possibilidade de renda, assim como reduzindo a pobreza nos países. Em outras palavras, o investimento em políticas públicas cumpriu duplo papel, sendo o de fortalecimento da economia e o de diminuição da desigualdade durante o período.

Da mesma forma, é preciso destacar outros programas que mesmo não transferindo rendas de maneira direta, oferecem aos indivíduos e grupos condições

para geração de renda própria. Um exemplo disso são os programas de microcréditos, os quais por meio de empréstimos a juros baixos, possibilitam incentivos importantes a pequenos empreendimentos.

Em se tratando da relação “estado *versus* sociedade civil”, dentro desse debate das políticas públicas, é possível perceber a existência de certo paradoxo, ou seja, se de um lado as políticas sociais estão atreladas à competência estatal, por outro lado exigem-se da sociedade civil organização e protagonismo para condução de ações e pressões constantes em agendas de organizações/mobilizações junto à sociedade.

É possível perceber os grandes embates entre sociedade civil e poder público na disputa pela distribuição orçamentária, haja vista que os interesses são cada vez maiores e regionalizados. Nesse sentido, tem sido constante os movimentos de luta pela ampliação dos gastos em políticas sociais, como por exemplo: educação, saúde, habitação, assistência, entre outras.

Ao fazermos uma abordagem histórica sobre essa questão da desigualdade, lembramos que na sociedade grega da antiguidade, a escravidão era plenamente justificada por Aristóteles por fazer parte de uma ordem natural e imutável. Segundo ele, “o escravo é uma espécie de propriedade viva e todo o ajudante é como que o primeiro de todos os instrumentos” (ARISTÓTELES, 1998. 25-30).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), ao tratar da origem da desigualdade entre os homens, defende a ideia de que esses seres nascem iguais e livres; porém, as instituições seriam as responsáveis pela criação da desigualdade. Ele também considera que não há nada de nocivo nas diferenças de origem natural, pois a desigualdade social é a que constitui grande problema (ROSSEAU, 2008).

Em uma abordagem sociológica atual, compreende-se que a desigualdade não pode ser atribuída às diferenças naturais entre indivíduos, mas está diretamente ligada ao nível de oportunidades entre os sujeitos, tal como pelos aprofundamentos históricos do processo da divisão do trabalho, conforme destaca Solera (2005):

A única forma de promover a criação de sociedades justas, equitativas e igualitárias seria removendo todas aquelas inovações humanas, acertos institucionais e convencionais que geram a produção da desigualdade e sua perpetuação. (SOLERA, 2005, p. 214).

Da mesma forma, defendemos a tese de que essa desigualdade é fruto do modelo global urbano-capitalista de desenvolvimento, o qual não consegue conciliar a pauta econômica com uma proposta de desenvolvimento social, sendo que por esse modelo a tendência é a reprodução das desigualdades.

Lembremos que em muitas culturas (ex. Europa feudal e Índia) já havia divisões de classes sociais ou castas; porém, com a ascensão do capitalismo industrial, essa desigualdade aumentou drasticamente, visto que o processo de mecanização da produção substituiu grande quantitativo de trabalhadores por máquinas, provocando, assim, aumento considerável de desocupações e consequente da pobreza.

É nesse sentido que Marx (2004), ao tratar da questão das desigualdades, lembra que:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes: Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa. (MARX, 2004, pp. 9-10).

A citação de Marx chama atenção para necessidade de compreensão por parte do oprimido sobre sua realidade social. Sendo assim, a consciência de classe é fator primordial para construção de estratégias de lutas contra as injustiças.

Carrano (2003, p. 72), ao tratar sobre os desafios gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico atual, cita que “a nova urbanidade gerada pelo processo de expansão capitalista intensificou os contrastes entre riqueza e pobreza, encontrados na ordem rural”. O mesmo autor destaca que:

A moderna cidade industrial foi aprisionada na insolúvel contradição da lógica do modo de produção capitalista. A necessidade de produzir excedente de mão-de-obra com fins de aumentar os lucros pelo barateamento dos custos da produção originou, contudo, uma grande concentração popular no território das cidades; agravou as condições de vida e moradia, e ampliou os conflitos entre as classes. (CARRANO, 2003, p. 73).

A citação mostra o grande paradoxo entre aumento da produtividade e aumento da desigualdade, ou seja, a industrialização contribuiu para construção de riqueza no mundo, porém de forma concentrada nas mãos de poucos.

1.3. Desigualdade e Políticas Públicas no Brasil

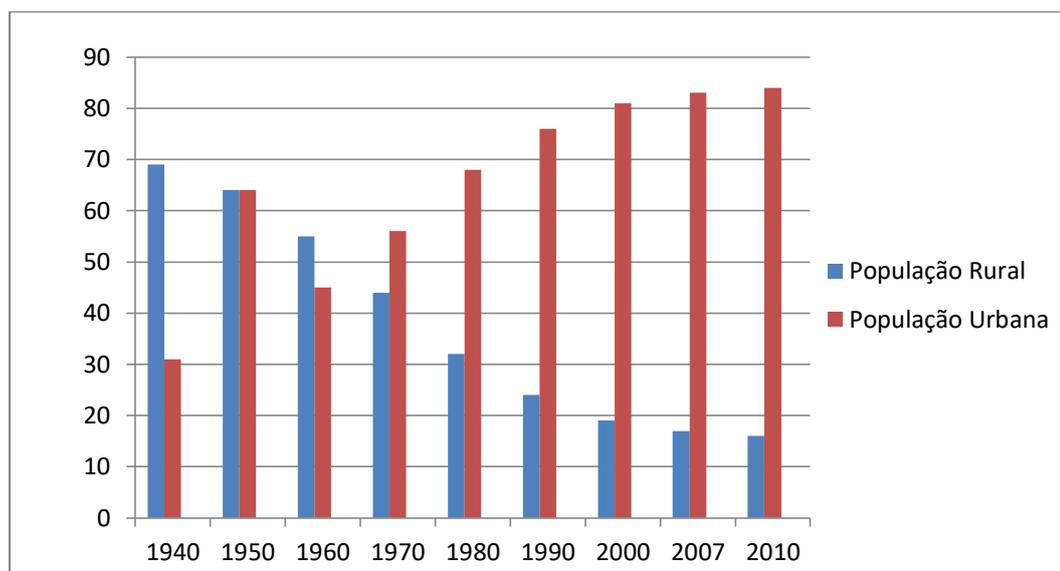
Na atualidade, estudos da organização internacional OXFAM¹² revelam que cerca de 1% da população do planeta concentra 50% da riqueza produzida no mundo. Já em relação ao Brasil, números recentes revelam que, entre 2016 e 2017, o patrimônio dos bilionários cresceu cerca de 13%, chegando a 549 bilhões. Ao mesmo tempo em que os mais pobres do país viram sua fatia reduzir ainda mais (ARAUJO; SOUZA, 2018).

Quando fazemos uma abordagem histórica sobre os desafios estruturais do Brasil, percebemos a tamanha relação entre desigualdade social e deficiência no campo das oportunidades. Em se tratando do segmento juventude, percebe-se que o problema da desigualdade se torna muito visível, sobretudo para as camadas mais pobres da sociedade. Deve-se dizer primeiramente que ser jovem já é uma condição de desvantagem para o mercado de trabalho, por pressupor ausência de experiência profissional. Em segundo lugar, a ausência de formação também submete os que conseguem acesso ao mercado de trabalho à precárias condições salariais.

Souza J (2018), discutindo essa temática da desigualdade no Brasil, aponta a escravidão como causa primeira das injustiças sociais, que mesmo após abolição manteve-se como forma de dominação e subjugação onde “o escravo negro – que há séculos era explorado, enganado e humilhado – viu-se outra vez condenado à exclusão e a marginalidade” (SOUZA J, 2018, p.77).

De igual modo, destacamos o processo de urbanização (iniciado durante a industrialização brasileira: Era Vargas) que provocou um grande inchaço populacional, principalmente nas grandes cidades do país. É preciso lembrar que em 1940 a população urbana estava no percentual de 31 % dos habitantes do país, ao passo que em 2010 esses números subiram para 84% da população brasileira.

¹² -Trata-se de uma organização com presença mais de 90 países, que atua em busca de soluções para o enfrentamento da pobreza e desigualdade no mundo.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de urbanização no Brasil de 1940 – 2010

Fonte: IBGE (2019)

Por conta disso, esse processo de urbanização rápido e desigual vivido no Brasil, as cidades do país passariam a acumular e ampliar problemas sociais, quais vão desde o desemprego a questões como saneamento precário, política de saúde ineficiente, restrita política educacional, entre outros.

Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) defendem que o investimento em educação é critério indispensável para o aumento da mobilidade social entre classes, sendo que o contrário só tem a contribuir na manutenção de privilégios. Nesse sentido, pensar um país justo significa necessariamente assumir compromisso para o enfrentamento das desigualdades de oportunidades educacionais (DOE). Os mesmos autores também afirmam que nos últimos anos:

Embora tenha havido certa expansão educacional em todos os níveis do ensino brasileiro, ainda assim é possível perceber a permanência de injustiças, haja vista que os indivíduos de famílias com mais recursos socioeconômicos continuam mantendo as mesmas vantagens de progressão no sistema. (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO *in* ARRETCHE, 2015, p. 82).

Ainda no campo das desigualdades de acesso à educação, os autores enfatizam também os desequilíbrios entre os que vivem na área urbana e área rural, tal como a desigualdade racial, cujos resultados são as enormes situações de desvantagens a que são submetidos os sujeitos de cor preta e parda.

Analisando a estratificação educacional entre os jovens no Brasil, é importante destacar as mudanças ocorridas nas últimas décadas. Nesse sentido, Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) descrevem que, em 1960, menos de 10% dos jovens entre 16 e 18 anos completavam o ensino básico. Em 2010, o número de jovens que concluíam o ensino básico saltou para quase 70% no território brasileiro. Também em 1960, apenas 12,9% dos jovens entre 19 e 20 anos que terminavam o ensino médio entravam na universidade. Já na população entre 21 e 25 anos, essa proporção, que era de 21, 5%, sobe em 1970/1980, alcançando quase 40%.

Pela evolução das taxas de transição educacional entre os jovens brasileiros é possível perceber a significativa melhoria da capacidade de absorção do sistema educacional, que ao permitir a ampliação do número de matrículas, possibilitou melhores perspectivas e oportunidade de formação aos estudantes no país.

-É preciso, no entanto, destacar que nos últimos 50 anos o país experimentou uma série de mudanças no que diz respeito a sua estrutura socioeconômica. Destaca-se o fato de que durante esse período, o país deixou de lado a tradição agrícola e tornou-se uma economia de característica industrial. Tais acontecimentos também impactaram o perfil da população do país, que deixou de ser rural passando a ser predominantemente urbana¹³.

Durante essas cinco décadas, é necessário também destacar as conquistas das mulheres, as quais ganharam importante protagonismo em diversas frentes, sobretudo no campo do mercado de trabalho.

Em se tratando do modo específico das três últimas décadas, é bom lembrar os acontecimentos dentro da conjuntura política do país. Esse período foi fortemente marcado pelo fim da ditadura militar (cujo início se deu através de um golpe que derrubou o então presidente João Goulart, em 1946, e término em meados da década de 1980), um período extremamente ambíguo que até teve momentos positivos do campo econômico, mas que acumulou atrasos desastrosos do ponto de vista social.

O fim da ditadura coincide com a desaceleração industrial e advento do capitalismo financeiro¹⁴, o qual será marcado por uma economia de característica especulativa. Esse momento foi marcado pela implementação do modelo neoliberal

¹³ IBGE Censo 2010.

¹⁴ Podemos entender o capitalismo financeiro como a uma perspectiva econômica dentro do capital, voltada para a especulação, transformando valores monetários e títulos de ações em mercadorias.

na economia brasileira, cuja marca principal se deu no sucateamento e posterior desestatização das empresas públicas.

A década de 1980 encerra um ciclo de crescimento continuado, que teve momentos de glória, graças às estruturas sociais arcaicas, como por exemplo, a utilização da exploração de mão-de-obra barata (incentivada pelo regime militar). Por isso, esse período foi marcado pelo crescimento da pobreza e miséria, contribuindo, assim, para um longo período de grande estagnação social.

É preciso ressaltar que o período militar foi marcado por um projeto de modernização conservadora, contando com pacote de incentivos a grandes projetos, os quais garantiram enormes lucros aos investidores. O salário mínimo que no período João Goulart chegou a reajustes de 100 %, nesse período sofreu perda de 50% do seu valor.

Sobre essa questão econômica-social do período militar, Pochmann (2015) lembra-se que:

Entre 1981 e 1983, a reorientação da economia brasileira implicou realizar uma forte recessão, encolhendo o nível de emprego e poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores em nome da produção do elevado excedente exportador para pagamentos dos serviços da dívida externa”. (POCHMANN, 2015, p. 59).

Como já destacado, esse momento foi marcado pelo advento do capital financeiro, no qual a proposta tornava extremamente segura para os investidores. Nesse sentido, os interesses rentistas se sobrepuseram aos riscos do mercado, onde os investidores preferiram os títulos públicos ao invés de contribuir com o desenvolvimento industrial do país.

Como se percebe, nesse momento, grandes empresários vão descartar o investimento industrial e vão agir em nome de seus próprios interesses, preferindo o rentismo¹⁵ como forma de preservação de suas riquezas. É assim que, influenciados pela alta inflação, “os donos do capital” passam a investir na especulação financeira, por perceberem que a compra de títulos públicos oferecidos pelo governo seria um negócio seguro e lucrável, ou seja, percebe-se que “o raciocínio de curto prazo da elite brasileira sempre boicotou qualquer tentativa de construção de uma base industrial e tecnológica” (SOUZA J, 2018, p.125).

¹⁵ Rentismo pode ser entendido como lucro resultante da especulação, isto é do capital financeiro.

O período também é marcado pelo enfraquecimento das empresas públicas (muitas delas estruturadas no período de Vargas) com o discurso que aos poucos vai se consolidando, de que as mesmas estariam dando prejuízo ao Estado.

A falta de investimento gera o sucateamento das empresas públicas, ajudando a compor o discurso dos governos neoliberais do início da redemocratização.

Em 1990, Fernando Collor de Melo, em meio a críticas dos serviços estatais assume-se como “porta-voz” das ideias neoliberais, sendo o primeiro presidente eleito pelo voto popular após o regime militar. Assim, Collor emplaca com facilidade a agenda econômica da desestatização.

Nesse período, empresas importantes como a Companhia Vale do Rio Doce, o Banespa, a Telebrás e a Embrater foram repassadas à iniciativa privada, com o argumento que estariam gerando gastos sem retorno ao país.

Nesse sentido, Souza J (2018) destaca que:

A década de 1990, no Brasil, é marcada pela consolidação do capitalismo financeiro – que na década anterior iniciara seu arranque global a partir de Estados Unidos e da Inglaterra. O capitalismo financeiro não é apenas uma nova forma de acumulação capitalista. Para que essa nova forma de acumulação se impusesse, foi necessário um gigantesco esforço combinado no sentido de mudar toda a concepção de mundo até então vigente. (SOUZA J, 2018, p. 126).

Ainda Souza J (2018) ressalta que a distinção entre o capital industrial e o financeiro é, justamente, o fato de que no segundo, a possibilidade do lucro máximo se dá no menor tempo possível. Sabe-se, no entanto, que embora o capitalismo financeiro chegue a “tirar onda” de emancipador, ele explora a todos ao mesmo tempo.

Com os lucros da sonegação de impostos, muitos empresários vão acumulando cada vez mais, sendo que nessa relação o Estado sai como prejudicado. O próprio Estado também é obrigado a pedir dinheiro emprestado ao próprio capital financeiro, o que acaba se tornando uma grande incoerência.

Mas ainda há outros prejuízos provocados pelo capitalismo financeiro como destaca Souza J (2018).

O capitalismo financeiro (...) controla a vida simbólica por meio da aquisição dos órgãos de imprensa e dos meios de comunicação de massa. Passa manter em cheque também o poder político, baseado na soberania popular,

promovendo uma gigantesca reorganização na vida social. (SOUZA J, 2018, p. 129).

É nessa mesma linha que na década de 1990, tendo à frente o então Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Brasil faz opção por um Estado reduzido e desmontado, contando apenas com o orçamento que será rateado pela elite empresarial.

Durante esse período, a alta classe média aproveita-se do câmbio anti-industrial e consome produtos importados a preços baixos. Enquanto isso, os problemas gerados pela desindustrialização assolam no país.

A absorção de novas tecnologias também contribuirá com o desemprego, já que nessa nova conjuntura a demanda por mão-de-obra será cada vez menor.

Nesse sentido, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT¹⁶) em 2002 representou um momento de fortes expectativas do ponto de vista social, muito embora, para sua eleição, Lula tenha sido obrigado a fazer certa pactuação com o mercado, assumindo responsabilidades pontuais com as pautas propostas pelo empresariado. Ainda assim, as novas medidas adotadas pela equipe do novo governo direcionaram a política econômica brasileira para um modelo social-desenvolvimentista.

Fonseca et al. (2013), lembram que Lula, então candidato a presidente em 2002 no documento intitulado “Carta ao povo brasileiro¹⁷”, lançado no período pré-eleitoral de 2002, foi obrigado a estabelecer acordo com medidas ortodoxas exteriores ao programa do Partido dos Trabalhadores, conforme vemos na citação a seguir:

Como é por demais sabido, o governo Lula em seus primeiros anos não só optou por uma política monetária e fiscal restritiva, como neste aspecto

¹⁶ O Partido dos Trabalhadores, fundado no ano de 1980, integra um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina. Partido que protagonizou a luta pela redemocratização política do Brasil, contra a ditadura militar (iniciada após golpe de 1964). Em 2002, elegeu como presidente da República o metalúrgico e líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, reelegendo-se em 2006, terminando seu mandato como o presidente mais bem aprovado de todos os tempos e com o recorde mundial de 87% de aprovação. Foi sucedido em 2011 por Dilma Rousseff. Dilma foi reeleita em 2014 e deixou a presidência em agosto de 2016, após processo de impeachment.

¹⁷ O texto denominado “Carta ao povo brasileiro” foi um publicado em 22 de junho de 2002 durante encontro sobre o programa de governo do então candidato a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva. O documento foi interpretado como um importante marco de conciliação da campanha “lulista”, sendo entendido como uma indicação de apoio ao setor econômico financeiro. O mesmo documento sofreu críticas internas dos movimentos sociais, em particular do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

representou muito mais continuidade que rompimento com relação ao governo anterior. Em termo de política social, optou pelo gradualismo, apostando mais no longo prazo que no brilho fugaz apontado pelos modelos: elevação paulatina do salário mínimo e dos programas de transferência de renda. (FONSECA et al., 2013, p, 423).

Ainda assim, em a “Carta Social e do Trabalho”, Antunes et al. (2012) ressaltam, que, durante governo Lula (primeiro e segundo mandatos/2002-2010), o Brasil conseguiu excelentes resultados no que diz respeito à mobilidade social, graças às estratégias que favoreceram o crescimento econômico no país, contrastando com a estagnação social dos anos 80 e 90, conforme destaca o próprio autor:

De todo modo, ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de pequenos negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado. Tais avanços foram reforçados pela política de aumento real do salário mínimo, que se tornou mais efetiva com o avanço da formalização dos contratos de trabalho. (ANTUNES et al., 2012, p. 2).

A citação acima revela os resultados sociais alcançados em função dos investimentos em políticas públicas feitos durante o Governo Lula, o que garantiu melhor distribuição de renda, e conseqüente diminuição da desigualdade do país. Essa informação será confirmada pelos números do índice de GINE¹⁸, o qual mostra que no ano de 2012 a queda da desigualdade alcançou índices extremamente elevados, superando, inclusive, os números de 1960 (período em que o Brasil se destacou em avanços sociais).

Pelo critério acima citado, em 1960 o índice da desigualdade era de 0,535, chegou ao seu percentual mais grave em 1990 alcançando a taxa de 0,607; ressalta-se que nesse período o país vivia a “ressaca” da ditadura militar. Já em 2012 (durante o primeiro mandato do governo Dilma), esse percentual caiu para 0,498, uma marca extremamente positiva e esperançosa para o país, que vivia grande período de otimismo.

Ainda se tratando sobre a questão da queda da desigualdade, os números do Programa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) mostram que o número de miseráveis que em 2004 era 23% da população brasileira, em 2014 caiu para

¹⁸ Trata-se de um tipo de cálculo ou coeficiente criado pelo italiano Corrado Gini para medir o índice de desigualdade social.

6,6%, o que revela um forte empenho na área social de um governo de natureza progressista conduzido por um líder operário.

Entendemos que os resultados alcançados pelo período são provenientes do retorno do crescimento econômico, assim como do redirecionamento dos gastos sociais, o que favoreceu a geração de emprego e renda, sobretudo para a parte de baixo da pirâmide social brasileira.

No entanto, fazemos certa ressalva ao discurso de que houve massificada ascensão popular a uma nova classe social por conta de avanços no combate à pobreza e melhoria no poder aquisitivo das famílias. Entende-se que todo otimismo alcançado pelo novo momento nacional não deve ser necessariamente classificado como elevação popular à classe média, mas que em uma análise crítica, deve ser compreendido como movimento de recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo, o que não seria suficiente para a inclusão de tais trabalhadores em um novo estrato social.

Em outras palavras, “não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna”. Da mesma forma não se pode “definir o Brasil como um país de classe média a partir desses critérios, sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento da estruturação da sociedade dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos” (ANTUNES et al., 2012, p. 10).

Ainda assim, é preciso reconhecer os grandes avanços conquistados, sobretudo na primeira década dos anos 2000, onde o país conseguiu combinar crescimento econômico com distribuição de renda. Esse fator foi decisivo na retomada da mobilidade social brasileira, com destaque para aos que ocupavam a base da pirâmide, conforme podemos ver na citação abaixo:

Viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de pequenos negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado. Tais avanços foram reforçados pela política de aumento real do salário mínimo, que se tornou mais efetiva com o avanço da formalização dos contratos de trabalho”. (ANTUNES et al., 2012, p.10).

Todas essas conquistas acima elencadas contribuíram significativamente para a compensação dos prejuízos sociais históricos herdados do período colonial do sistema de produção baseado na mão-de-obra escrava, que, como vimos

anteriormente, é apontada por Souza J (2018) como origem dos grandes males sociais perpetuados por diversas gerações.

Os governos tanto de Lula quanto de Dilma Rousseff partem do princípio de que seria preciso promover políticas de enfrentamento aos problemas sociais e investir em programas e projetos, visando corrigir essas desigualdades. Por isso, a opção por um modelo de desenvolvimento, onde o Estado chamaria para si grande parte da responsabilidade. Esse modelo é classificado por muitos autores como social-desenvolvimentismo, onde o Estado aposta nos gastos públicos como estratégia para desenvolvimento econômico-social. Como exemplo, citamos programas importantes, como: PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Como efeito do modelo social-desenvolvimentista de Lula/Dilma, foi visível que nesses últimos anos os cidadãos pobres, pretos e pardos tiveram maiores chances de acesso à educação, e, conseqüente, ascensão social. Mas mesmo diante de significativa melhoria, permanecem ainda grandes discrepâncias em termos de desigualdade, sendo que a universalização das oportunidades continua sendo utopia distante da realidade.

Ainda nessa questão da desigualdade de oportunidade, é possível facilmente perceber que um indivíduo que reside na área rural terá mais dificuldade de acesso à educação de qualidade. E, assim, também podemos estender a comparação para os indivíduos que vivem em cidades grandes e os que vivem em municípios menores.

É certo que os ganhos recentes com acessibilidade, possibilitaram uma diminuição dos efeitos da origem social na vida dos indivíduos. Ainda assim, esse quesito tem historicamente causado grande impacto no acesso e progressão educacional. Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) lembram que:

(...) nos últimos cinquenta anos no Brasil, houve diminuição da desigualdade de oportunidades educacionais nos níveis básicos, persistência das desigualdades no nível médio e aumento da desigualdade no nível superior. (RIBEIRO; CENEVIVA e BRITO, 2015, p. 108).

Filho e Kirshbaum (2015) citam que no final do século XX, o país permanecia entre as nações com mais baixa escolaridade média no mundo. E afirmam que:

(...) enquanto os nascidos em 1980 nos Estados Unidos tinham 14 anos de estudos em média, no Brasil indivíduos nascidos naquela mesma década haviam alcançado apenas 9 anos. (FILHO e KIRSHBAUM, in ARRETCHE, 2015, p. 82).

Durante grande parte do século XX, o foco das políticas públicas foi concentrado no desenvolvimento econômico e só nas últimas décadas (conforme já abordado) perceberam-se esforços na promoção do combate às desigualdades. Vários setores da sociedade identificaram a educação como prioridade entre as estratégias de combate à desigualdade. Cita-se aqui o papel fundamental desempenhado pelo programa nacional de transferência de renda - Bolsa Família, o qual tem cumprido papel importantíssimo tanto no alívio da pobreza, quanto na promoção de oportunidades e mobilidade social por meio do aumento da escolarização.

Hoffmann e Duarte (1972) lembram que a relação entre desigualdade e educação passou a ser discutida com intensidade no Brasil desde o final da década de 70, quando foram realizados os primeiros estudos empíricos com os dados dos censos de 1960-1970.

Convém destacar que as propostas de desenvolvimento adotadas pelo modelo capitalista tem sido responsáveis por aumentos cada vez maiores de desigualdade, haja vista que o mercado lança interesse em trabalhadores com maior nível de escolaridade, cuja oferta é limitada em países pobres. Da mesma forma, convém deduzir que as diferenças salariais resultam de uma disputa por educação e tecnologia (FILHO; KIRSHBAUM, 2015, in ARRETCHE p. 112).

Em se tratando da ampliação das oportunidades educacionais das últimas décadas alguns fatores nos ajudam a compreender o novo cenário. Dentre esses fatores, destacamos: 1) a transição demográfica acelerada, efeito da redução da taxa de fertilidade; 2) a descentralização da gestão dos recursos educacionais, antes sob o controle maior da União, mas que a partir da Constituição de 1988 confere maior autonomia e participação de estados e municípios na aplicação dos recursos; 3) Aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)¹⁹, o qual terá papel fundamental na promoção da justiça social para o campo da educação, transferindo recursos de municípios ricos com poucos alunos, para municípios pobres com muitos alunos; que terá papel fundamental na promoção da justiça social; 4) Os programas de transferência de renda (Bolsa Escola, depois Bolsa Família), condicionando repasses de recursos à permanência de alunos na escola; 5) Programa de progressão continuada (incentivo a não repetência) entre outros fatores.

No que diz respeito ao ensino superior, destaca-se a flexibilização de regras para abertura de faculdades particulares. Registra-se o fato de que muitas famílias passam a investir mais na escolaridade dos filhos, motivadas pelas boas possibilidades de retorno. (FILHO; KIRSHBAUM *in* ARRETCHE, 2015, p. 120).

É certo que as transformações das últimas décadas impulsionadas pela redação da Constituição de 1988 abrem debates importantes para a promoção da justiça social em vários segmentos; e, de modo particular, a educação terá seu lugar bem destacado no texto. Vejamos o que diz o artigo 205 da Carta Magna.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando: ao pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123).

De fato, têm sido visíveis as estratégias de investimentos em programas e projetos que aos poucos tentam corrigir os desequilíbrios históricos de injustiças sociais no país no âmbito da educação, porém os estudos recentes continuam nos mostrando necessidades de elaboração de estratégias permanentes, visto que a desigualdade, a pobreza e a exclusão social continuam sendo nossos grandes desafios, onde os jovens são fortemente afetados.

1.4. Conceito e Experiência Juvenil no Município de Igarapé-Miri

¹⁹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação.

Buscando compreender melhor o universo juvenil, podemos nos perguntar: O que significa ser jovem? Quais especificidades são inerentes a essa etapa da vida humana? Certamente não há respostas concretas e objetivas para esses questionamentos. Ainda assim, é possível fazermos algumas reflexões importantes sobre as implicações referentes ao sentido de ser jovem.

Convém lembrar que originalmente a palavra juventude vem do termo latim *juventute*, que significa idade moça, mocidade, *juventa*, entendida também naquele contexto como fase imatura, período que antecedia a maturidade sexual²⁰. Logo, se percebe que essa definição original de juventude vincula-se apenas a uma perspectiva sobre faixa etária vivida. Portanto, trata-se de uma abordagem voltada para aspectos da natureza humano-biológica.

Na perspectiva defendida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), juventude não pode ser compreendida apenas do ponto de vista da unidade demográfica e faixa etária. Nesse sentido, o autor cita que “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Se fizermos uma abordagem histórica sobre o tema em questão, iremos perceber que os critérios adotados para definição de juventude foram muito diferentes entre as diversas culturas ao longo dos anos.

Novaes (2018) lembra que na Roma Antiga, a juventude iniciava-se aos trinta anos e se estendia até os quarenta e cinco. Esse excesso de permanência na “idade jovem” poderia muito bem ser entendido pela cultura da época, onde prevalecia a estrutura tradicional focada na figura do “pater família²¹” a qual detinha o direito sobre seus filhos, esposa e escravos, inclusive o direito de vendê-los ou abandoná-los.

No período da Idade Média se adotava uma classificação de seis fases para designar etapas da vida, conforme a faixa etária, a saber: 1) *infantia* (infância): dos seis aos quatorze anos; 2) *adulescentia* (adolescência): dos quatorze aos vinte um ou vinte oito; 3) *juventus* (juventude): dos vinte um ou vinte oito a trinta e cinco; 4) *virilitas* (corresponde a vida adulta): dos trinta e cinco à cinquenta cinco ou sessenta; 5) *senectus* (corresponde a terceira idade): acima de cinquenta e cinco ou sessenta

²⁰ Fonte: pt.m.wikipedia.org

²¹ Era entendido como mais elevado estatuto de poder familiar concedido ao sexo masculino na Roma antiga. Significa literalmente “pai de família”.

anos) e 6) *senies* (podendo ser compreendida como prolongamento da terceira idade): acima dos setenta anos. Convém observar que para os romanos, os homens estavam aptos a entrar na fase *juventus* somente após o momento em que fossem ordenados cavaleiros, saindo dessa fase apenas após o casamento (NOVAES, 2018, p. 248).

Na sociedade contemporânea, várias contribuições teóricas apontam para a ideia de juventude dentro de uma perspectiva de “invenção cultural”, portanto, sujeita às transformações. Nesse sentido, o entendimento sobre o termo juventude é ampliado e passa a levar em consideração fatores diversos, conforme veremos mais adiante.

Na perspectiva defendida por Savage (2009) a construção do jovem como “rebelde sem causa e transgressor” no século XX foi consolidada pela indústria do *marketing* e do consumo, para além das descobertas científicas da medicina e da psicologia sobre o funcionamento da mente e do corpo do adolescente e do jovem.

O rompimento com a concepção de juventude compreendida apenas como perspectiva biológica, fixa e natural ficará visível em abordagens de muitos autores, que darão ênfase a fatores sociais e culturais.

Cassab (2010), em uma de suas abordagens sobre a proposta de construção sociocultural do entendimento sobre juventude, argumenta que:

[...] a juventude é uma categoria socialmente construída e, portanto, presente na ordem social [...]. Daí sua mutabilidade ao longo da História e as diferentes interpretações presentes na literatura especializada e no imaginário social [...]. Daí os distintos significados de ser jovem, ao longo do tempo. A juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais em seus diferentes tempo e espaço. (CASSAB, 2010, p. 50).

A citação acima reitera a necessidade de leitura dentro de uma dimensão social para a compreensão do termo juventude. Com imprescindível ampliação de sentido e olhar atento aos diferentes grupos sociais, assim como aspectos históricos e culturais, onde os jovens estão inseridos.

León (2020), ainda tratando sobre possível definição para o termo juventude, defende que:

A definição de juventude pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas

definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. (LEÓN, Oscar. in FREIRAS, Org, 2020, p. 06).

Pela proposta defendida na citação acima, é possível perceber que o autor confere certa ênfase à ideia de geração, isto é, indivíduos que por nascerem em um mesmo momento histórico participam de experiências e significados similares. Esses indivíduos compartilhavam a vinculação a um período da vida compreendido entre a infância e a fase adulta (maturidade).

Besen (2020) descreve que do ponto de vista sociológico, o termo juventude tem origem na sociedade moderna ocidental. Esse entendimento deve ser associado ao desenvolvimento no século XX, cuja construção ocorre a partir de desdobramentos da compreensão sobre o termo adolescência.

Abramo (2005), ao discutir a fase da juventude na modernidade, a define como tempo de preparação para:

(...) a complexidade das tarefas e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e da permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre das obrigações do trabalho e dedicado ao estudo numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil. (ABRAMO, 2005, p. 41).

Esse entendimento sobre a condição juvenil é associação a vivência dos filhos da classe trabalhadora a partir da “valorização do seu campo de experimentação como um sentido importante de questionamento da ordem social” (BESEN, 2020, p. 56).

Besen (2020) descreve que até os anos de 1960, a juventude no Brasil foi movida às ideias de natureza política, cuja ação era inspirada em movimentos sociais/estudantis. Convém destacar que essa identidade juvenil tem suas “bandeiras” construídas com base na vivência universitária, a qual irá reunir sonhos e utopias de construção de uma sociedade justa e igualitária.

Abramo (1992), ao tratar sobre os ideais da fase juvenil, cita que naquele contexto dos anos 1980:

Discussões existencialistas à bossa nova, passando pelo projeto de constituição de uma cultura nacional popular do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, pelos festivais de música universitária e pela tropicália:

são culturas e estilos de vida identificados aos meios universitários, vividos por universitários. (ABRAMO, 1992, p. 85).

Essa atuação política juvenil defendida na citação acima é muito bem percebida nas lutas pela reforma universitária, nas mobilizações durante o processo pela redemocratização do país “Diretas Já”, assim como pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992.

León (2020) salienta que no Brasil o tema juventude ganha evidência por volta de meados dos anos 90, quando as preocupações sociais, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura fortemente marcada pelo aumento da exclusão (decorrentes da crise do trabalho); e do aumento da violência, resultam em profundas crises envolvendo esse segmento (LEÓN, 2020, p. 8).

No ano de 2013, na tentativa de definir critérios fundamentais para promoção de políticas públicas para o público jovem, o Brasil aprovou a lei 12.852 (Estatuto da Juventude), e em seu artigo primeiro conclui que: “Para os efeitos desta lei, são considerados jovens as pessoas entre 15 e 29 anos” (Art.1º. parágrafo 1º).

Carrano (2003) faz importantes discussões sobre a elaboração de critérios para definição de políticas públicas específicas para o segmento da juventude, assim como para atribuição de responsabilidades diante da legislação do país. Nesse sentido, o autor escreve que:

A noção de juventude é resultante da experiência social de determinado tempo histórico; entretanto, a maneira mais simples de uma sociedade definir o que é um jovem é estabelecer critérios o situar numa determinada faixa de idade, na qual se circunscreve o grupo social da juventude. De fato esse princípio é utilizado na realização de estudos estatístico, na definição da idade de escolarização obrigatório, na formulação de política social, na atribuição de idade mínima para a responsabilização penal, na classificação de programas televisivos etc. (CARRANO, 2003, p. 110).

Têm sido comuns abordagens equivocadas com atribuição de descrédito sobre a juventude. Dentro dessa linha de raciocínio, o jovem é constantemente visto como problema e não como solução. Como destaca Carrano (2003):

Uma grande parte das dificuldades em se definir os contornos da juventude como objeto social é resultante da insistência dos estudos em associar a juventude com a violência. A juventude é muito mais tratada como problema do que um campo de problematização. (CARRANO, 2003, p. 131).

Nesse sentido, as propostas de intervenção do campo das políticas públicas têm sido pensadas dentro dessa ideia de resposta a um “perigo social” representado pelo jovem. Seria, portanto, necessário uma superação dessa perspectiva para a construção de uma proposta voltada para o jovem enquanto sujeito.

Ainda Carrano, ao tratar de uma evolução de compreensão sobre a juventude, descreve que “(...) Na década de 1920, a juventude aparece nos estudos, preponderantemente como uma questão de desvio social” (2003, p.129).

A partir dos anos 50 e 60, conforme já citado, a juventude passa a ser encarada como fator de inovação social, assumindo protagonismo dentro de movimentos de contestação estudantil. A juventude assumiu, portanto, papel de destaque como propulsora das mudanças sociais.

O balanço dos estudos das últimas duas décadas voltados para a juventude no Brasil revela que as produções acadêmicas têm se destinado a discutir apenas os sistemas e instituições presentes na vida dos jovens, e sendo que só recentemente estudos enfatizando as experiências, percepções, formas de atuação e sociabilidades entre os jovens vem ganhando certo volume (CARRANO, 2003)

Percebe-se que “a complexa organização das cidades contemporâneas faz com que os jovens enfrentem o desafio da definição e afirmação de si, num mundo em que as esferas de produção se transformam em produção de signos” (CARRANO, 2003, p.127).

Nesse sentido, é preciso pensar a juventude na perspectiva do presente. Afinal, “a juventude contemporânea cultiva as características de disponibilidade, flexibilidade e mobilidade (...) a juventude grita/canta/dança que o futuro é agora” (CARRANO, 2003, p.134).

É preciso superar a visão predominante do estigma atribuído à juventude como categoria “alienada, despreocupada com as questões relacionadas à política”. O próprio Carrano (2003) cita que:

As constantes menções sobre a existência de uma juventude alienada, hedonista, despreocupada com as questões relacionadas com política, deixam de considerar importantes mutações nas formas e conteúdos de relacionamentos dos jovens com o poder. A ausência de proposições estratégicas e revolucionárias orientadas para uma possível outra ordem social não significa necessariamente indiferença ou apatia. Cotidianamente, temos indícios de novos relacionamentos dos jovens sujeitos com diferentes formas de poder. O próprio processo de elaboração de identidades coletivas na esfera do tempo livre e do lazer pode assumir a dimensão de conflito

com determinadas formas de poder presentes no cotidiano. (CARRANO, 2003, p. 13).

A citação reitera a necessidade de reconhecimento do jovem enquanto sujeito político-social, portanto, capaz de protagonizar movimentos de transformação dentro da sociedade.

Utilizando-se da proposta de uma cidade educadora²², o autor chama atenção para o desafio de se repensar a relação entre juventude e cidade, entendendo o espaço urbano como território possível para uma justa e legítima ação social da juventude.

Essa discussão exige, portanto, longo enfrentamento com hegemonia liberal predominante, que patrocina constante processo de privatização da cidade, isolando e segregando seus habitantes. Nesse sentido é necessário pensar a cidade como “campo privilegiado de negociação e conquista de direitos sociais” (CARRANO, 2003, p. 157). Da mesma forma é preciso reconhecer o papel político-social dos jovens dentro do espaço urbano como requisito fundamental para construção de uma sociedade mais justa.

²² Referência do título da obra “Juventudes e cidades educadoras”, de autoria do pesquisador, doutor em educação Paulo Sérgio Rodrigues Carrano (professor associado da Universidade Federal Fluminense).

CAPÍTULO 2 - PROJÓVEM URBANO: HISTÓRICO NACIONAL E EXPERIÊNCIA LOCAL

Neste capítulo, vamos discutir o papel desempenhado pela política do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJÓVEM. Aqui iremos analisar o percurso desde sua proposta inicial até o modelo integrado do programa. Para isso, iremos fazer um retrospecto sobre o histórico de implantação em nível nacional, estadual, tal como a experiência do programa no município de Igarapé-Miri (PA).

2.1. De PROJÓVEM a PROJÓVEM Integrado

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJÓVEM) surgiu como resultado de discussões sobre uma política nacional integrada, voltada para o desenvolvimento juvenil.

Criado através da medida provisória 238 (de fevereiro de 2005), o PROJÓVEM integra a Política Nacional da Juventude (PNJ) e visa contribuir para o combate à desigualdade no país, ao mesmo tempo em que propõe trazer esperança de um futuro melhor aos jovens em situação de vulnerabilidade.

O programa em questão foi constituído com tripla finalidade, sendo elas: 1) elevação da escolarização de jovens entre 18 e 24 anos – com certificação em nível de ensino fundamental; 2) qualificação profissional – com habilitação em uma atividade de livre escolha, conforme opção do aluno; e 3) inserção social e cidadã.

-Ao longo dos anos, o programa sofreu diversas alterações, inclusive sendo subdividido em várias categorias, conforme veremos ao longo deste capítulo.

Havia uma dupla preocupação nessa discussão, sendo elas: a) Criar condições necessárias para romper o ciclo de reproduções de desigualdades; b) Restaurar esperanças no que diz respeito às perspectivas do futuro para esse segmento.

Foi nesse contexto, que, em 2005 (primeiro mandato do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva), o governo federal lançou um plano para criação de uma Política Nacional da Juventude, a qual entre várias estratégias irá elaborar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJÓVEM), uma proposta concreta para a inclusão social e preparação da juventude para o mercado de trabalho.

Para compreender um pouco mais a história da política pública do PROJOVEM, é preciso entender sua origem na criação da Política Nacional da Juventude. Esta política foi desenhada a partir do tripé constituído por: 1) Secretaria Nacional da Juventude (SNJ): que tinha entre suas funções: formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular a política para juventude, além de articular, promover e executar programas de cooperação com organismos voltados para a implementação de políticas para esse segmento; 2) Conselho Nacional da Juventude: com a finalidade de assessorar a juventude, promover estudos sobre a realidade socioeconômica dos jovens e assegurar a condução das políticas junto ao governo, reconhecendo direitos e capacidades juvenis, promovendo a ampliação da participação cidadã entre o público jovem; e 3) O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM: objeto de investigação deste trabalho.

É preciso aqui reiterar a característica inovadora do PROJOVEM, o qual tem como eixos: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, cuja proposta se constitui de novos paradigmas de ensino e aprendizagem, articulando conteúdos teóricos, experiência profissional e consciência cidadã.

Essa estrutura da Política Nacional da Juventude foi instituída em 2005 por meio da medida provisória nº 238 de 01/02/2005, posteriormente transformada na lei 11.129, de 30/06/2005. Esses instrumentos representaram um novo momento das discussões da política pública para a juventude no Brasil, que passaria a considerar os diversos aspectos da vida juvenil, como: suas singularidades, diversidades, potencialidades e vulnerabilidades.

Voltando a questão específica da implantação do PROJOVEM, convém dizer que o mesmo foi regulamentado por meio do Decreto 5.557, de 05/10/2005. Este decreto teve aprovação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE 2/2005 de 16/03/2005, aprovado pela resolução 3/2006, de 15/08/2006, como curso experimental, em conformidade com o artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A proposta inicial definida como meta para o PROJOVEM era atender 200.000 mil jovens, entre os anos de 2005 e 2008 em todas as capitais e Distrito Federal. No ano de 2006, a proposta foi ampliada para municípios pertencentes a regiões metropolitanas, com população acima de 200,000 mil habitantes.

Construído dentro de uma perspectiva da formação integral, o curso foi assim distribuído: 1) Formação básica, em nível fundamental (com carga horária de 800

horas); 2) Qualificação profissional (com carga horária de 350 horas); e 3) Ação Comunitária (com carga horária de 50 horas). Além da carga horária presencial, o curso também previa 400 horas de atividades não presenciais. Assim sendo, a carga horária total do curso ficou definida em 1.600,00 horas.

No programa, definiu-se a concessão de auxílio financeiro em forma de bolsa no valor mensal de R\$100,00 reais em dinheiro para os alunos matriculados. O repasse desse valor ficou condicionado à frequência de pelos menos 75% das atividades presenciais, tal como da entrega dos trabalhos previstos para cada mês. Esse recurso foi pensando como uma das estratégias para manutenção dos alunos no curso, ajudando-os em despesas familiares.

Quanto à questão da formação profissional, o programa oferecia um conjunto de possibilidades formativas, denominadas de “arcos de ocupações”, quais deveriam ser disponibilizados para escolha do aluno no ato da matrícula.

No que diz respeito à avaliação sobre a eficiência do PROJOVEM, ficou definido que o programa seria objeto de monitoramento e de constante avaliação, permitindo, assim, o acompanhamento de suas ações, tal como o levantamento de dados para redimensionamento e planejamento de ações futuras.

Ainda sobre a questão dos eixos da formação do PROJOVEM, o Projeto Pedagógico Integrado do programa (PDI) destaca que a experiência inicial alcançou resultados importantes dentro da dimensão de conteúdo do ensino fundamental. De acordo com o documento, os jovens que permaneceram no programa apresentaram ganhos significativos, como: a) melhoria de proficiência em língua portuguesa e matemática; b) percentuais acima da média em avaliações formativas; e c) média de acerto acima de 56% em exame final nacional externo.

Um dos fatores importantes dentro das dimensões do currículo do PROJOVEM é, sem dúvida, a questão profissional, o que trouxe expectativas determinantes para ingresso no curso. Para muitos jovens que estavam fora escola e sem perspectiva no mercado de trabalho, o programa seria a oportunidade fundamental para o resgate de esperanças e sonhos.

No que diz respeito à dimensão ação comunitária, convém destacar a volumosa e ousada proposta apresentada pelo programa. No planejamento, foram estabelecidas metas de debates sobre temas como: direitos humanos, direitos do consumidor, acesso a bens e serviços públicos, ética e cidadania, saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade aos serviços públicos, meio ambiente,

violência, sexualidade, drogas, participação social e direito a cultura. Logo se percebe a abrangente preocupação e proposta do projeto com a questão da formação cidadã.

Outro aspecto relevante presente na proposta pedagógica do PROJOVEM é a proposta de inclusão digital, na qual realça a importância dos conhecimentos em informática como um dos instrumentos essenciais para a inclusão social na vida moderna-contemporânea.

Após dois anos de execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, essa primeira experiência foi considerada extremamente exitosa, mas percebeu-se, após avaliações, a necessidade de revisão e ampliação.

Para articular essa experiência do PROJOVEM em uma proposta de programa mais abrangente e integrado, o Governo Federal instituiu no ano de 2007 o Grupo de Trabalho Juventude (GT Juventude), que teria a missão de reorganizar e repensar novas estratégias para o programa. O Grupo foi formado por uma equipe diversificada contendo representantes: a) da Secretaria Geral da Presidência; b) da Casa Civil; c) do Ministério da Educação; d) do Ministério do Desenvolvimento Social; e) do Ministério do Trabalho e Emprego; e) do Ministério da Cultura; f) do Ministério do Esporte e; g) do Ministério do Planejamento.

As discussões construídas no GT Juventude abriram novas perspectivas com uma proposta mais ampla. É nesse sentido que o programa será aperfeiçoado, passando a chamar-se PROJOVEM integrado.

A proposta agora em nova versão articularia duas noções básicas, a citar: a) oportunidades para todos; b) direitos universalmente assegurados. O objetivo era que essas duas noções em conjunto possibilitassem aos jovens tornarem-se protagonistas de sua própria inclusão social.

O PROJOVEM integrado foi subdividido em quatro modalidades, a saber: 1) PROJOVEM Adolescente; 2) PROJOVEM Urbano; 3) PROJOVEM Campo; e 4) PROJOVEM Trabalhador. Para compreender melhor as modalidades citadas, fazemos breve exposição das propostas e metas de cada uma.

1) PROJOVEM Adolescente: compreendia-se como sua finalidade a proteção social básica à família, por meio de mecanismos que possibilitassem a garantia e a convivência familiar/comunitária, tal como a inserção, reinserção e permanência do jovem na escola. Essa modalidade destinou-se aos jovens de 15 a 17 anos.

2) PROJOVEM Urbano: essa modalidade voltou-se para a elevação da escolaridade, visando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. – A expectativa seria que o jovem pudesse concluir o ensino fundamental com qualificação para o mercado de trabalho, assim como, desenvolvesse experiências e participação cidadã.

3) PROJOVEM Campo: nessa modalidade foi definido como foco o acesso e permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional com conclusão do ensino fundamental e formação profissional voltada para o campo.

4) PROJOVEM trabalhador: Essa modalidade unificou os programas consórcio da juventude, juventude cidadã e escola de fábrica. A proposta era preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, atendendo jovens em situação de desemprego com faixa etária de 18 a 29 anos.

Em se tratando especificamente do PROJOVEM urbano (objeto dessa dissertação), convém reiterar que as finalidades definidas foram as mesmas do antigo formato do programa, ou seja, o foco continua sendo: educação, qualificação e ação comunitária. No entanto, algumas novas perspectivas são agora projetadas, entre elas, a preocupação primeira voltada para a formação integral da juventude. Essa proposta implica promover a inclusão da juventude resgatando-lhe sonhos e conseqüentemente as possibilidades para um futuro melhor.

O entendimento sobre inclusão defendido pelo PROJOVEM Urbano está presente no PPI (2008) do programa, onde afirma que:

Uma proposta educacional concretiza-se em um currículo que traduz as concepções nas quais se fundamenta. Assim, como passo inicial para elaborar o currículo do ProJovem Urbano, é importante clarificar o sentido da expressão "viver a juventude" nos dias de hoje. Para isso, é necessário desvendar o mundo contemporâneo, no qual os dilemas e as perspectivas da juventude estão inscritos num tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais que geram exclusão. No Brasil, tal como pelo mundo afora, os jovens são os mais atingidos, tanto pelas transformações sociais, que tornam o mercado de trabalho excludente e mutante, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica, que caracterizaram a sociedade do fim do século XX e persistem neste início do século XXI. (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO/PROJOVEM URBANO, 2008, p. 55).

Essa proposta de inclusão será bem explícita nos objetivos do PROJOVEM urbano conforme definições dos objetivos específicos do programa, a saber: 1)

Reinserção dos jovens no processo de escolarização; 2) Identificação de oportunidades potenciais e capacitação para o mundo do trabalho; 3) Participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; 4) Inclusão digital como instrumento de inserção produtiva de comunicação; e 5) Ampliação do acesso à cultura.

Alguns desafios surgem nessa etapa de implantação do novo formato do programa, entre eles, destaca-se a redefinição do público potencial do programa. Para isso, a coordenação nacional usando dados do IBGE realizou no ano de 2007 um estudo populacional para estimar esse público. O estudo focou em dados como: Programa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - 2005 e 2006; Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) e Contagem Populacional 2006. Esse estudo permitiu analisar diversos aspectos sobre a realidade da juventude brasileira, inclusive do ponto de vista das diferenças regionais.

As condições observadas no estudo dos dados permitiram, assim, caracterizar a população jovem excluída, sendo possível também identificar a população já atendida pela antiga versão do PROJOVEM e o público potencial para a versão PROJOVEM urbano.

O processo de redefinição do público potencial será fundamental para a reorganização e interiorização do programa, que a partir da nova proposta avançará para municípios menores do país, que também enfrentam dificuldades imensas nessa área de políticas para a juventude. Essa interiorização se tornará possível por meio de parcerias com os governos estaduais/distrito federal.

2.2. A Implantação do PROVEM Urbano no Pará e no Município de Igarapé-Miri

Para implantação do PROJOVEM Urbano serão constituídos em cada estado e município a serem atendidos pelo programa, um comitê gestor e uma coordenação local, cabendo a essas equipes a articulação com os administradores locais para tratar sobre questões como: a) definição de espaços escolares para funcionamento do curso; b) definição de locais para aulas práticas dos arcos ocupacionais; c) apresentação do programa a diretores e funcionários dessas instituições escolares; d) recrutamento, seleção e contratação de educadores para atuação no programa; e) recrutamento e matrícula dos alunos; f) atendimento às solicitações do sistema de monitoramento e avaliação; g) formação inicial e continuada dos educadores; e h)

definição de instituições certificadoras para o programa. Também foi prevista a constituição de um fórum em nível local para tratar sobre encaminhamentos de questões acadêmicas e administrativas.

É nesse contexto que, em 15 de julho de 2008, a então governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, publicou o decreto nº 1.131, o qual instituiu o Comitê Gestor Estadual Unificado do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com a função de coordenar as quatro modalidades do programa (Projovem Adolescente, Projovem Campo - Saberes da Terra, Projovem Trabalhador e Projovem Urbano).

O Estado do Pará aderiu ao programa com meta de atender 28 mil jovens durante o período de 2008 a 2010, com matrículas distribuídas em três etapas, conforme a seguinte proposta: 1ª etapa: 2008 (8.400 jovens); 2ª etapa: 2009 (8.400 jovens); 3ª etapa: 2010 (11.200 jovens).

Para execução do PROJOVEM Urbano no Estado do Pará, foram constituídos 3 polos, conforme distribuição a saber: Polo 1 - Caetés/Guamá (sede em Capanema); Polo 2 – Marajó/Metropolitana (sede em Belém); Polo 3 – Tocantins (Sede em Abaetetuba). No total, 19 municípios paraenses foram contemplados, inclusive Igarapé-Miri.

Para melhor coordenar as políticas públicas para a juventude, o Estado do Pará ainda inaugurou um espaço de interlocução institucional voltado para integração e formação dos jovens, denominado “Centro de articulação social e apoio da juventude – CASA DA JUVENTUDE”. Instalada na Avenida Bittencourt, centro da capital paraense, o espaço passou a funcionar como sede administrativa de vários programas para o segmento juventude, entre eles o Projovem Urbano.

É importante aqui registrar que no planejamento estratégico do governo do Estado do Pará, o Projovem Urbano (com a nomenclatura regional: –PROJOVEM Pará – Modalidade Urbano) foi incluído dentro do Programa “**Pará: Territórios da Juventude**”, que tinha como objetivo geral “Garantir acesso do direito social do jovem, com ações de governo articuladas e integradas” (GOVERNO DO PARÁ. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS, 2011, p. 114

Para compor a coordenação estadual do PROJOVEM Urbano, foram selecionados 24 profissionais, conforme a seguinte distribuição: coordenação pedagógica (04); coordenação executiva (04); apoio técnico superior (08); e apoio técnico médio (08). –Também foram selecionados 433 profissionais, mediante

seleção pública, para atuação nas três dimensões do programa (ensino fundamental, qualificação profissional, participação cidadã) assim como na atuação do setor de apoio.

Para atuação na qualificação, os profissionais foram selecionados em quatro arcos ocupacionais, sendo eles: 1) agroextrativismo, 2) madeiras e móveis; 3) construção e reparos e, 4) pesca e piscicultura. Convém destacar que a definição dos arcos ocupacionais ficou condicionada às características de arranjos produtivos de cada município.

É nesse contexto que Igarapé-Miri fez adesão ao PROJOVEM urbano, sendo um dos contemplados pelo programa e integrando (por sua localização) o polo 3 - Tocantins (com sede em Abaetetuba), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Polos e Municípios contemplados pelo PROJOVEM urbano

Polos	Municípios	Núcleos/turmas	Oferta de vagas
Polo1: Caetés Sede Capanema	Bragança	4/20	350
	Capanema	2/10	350
	Vigia	2/10	350
	Castanhal	4/20	700
	Santa Izabel	2/10	350
	São Miguel do Guamá	2/10	350
Polo2: Marajó/Metropolitana Sede: Belém	Breves	2/10	350
	Portel	2/10	350
	Salvaterra	2/10	350
	Soure	2/10	350
	Benevides	2/10	350
Polo3:Tocantins Sede: Abaetetuba	Abaetetuba	4/20	700
	Barcarena	2/10	350
	Cametá	2/10	350
	Moju	2/10	350
	Tailândia	4/20	700
	Igarapé-Miri	2/10	350

Fonte: Manual da Coordenadoria Executiva do Comitê Estadual Unificado do Projovem Urbano no Estado do Pará (2008).

Como se pode ver, Igarapé-Miri foi um dos 6 municípios da região contemplados pelo PROJOVEM urbano, com a oferta de 350 vagas, distribuídas em 10 turmas. Essas turmas foram recebidas em dois núcleos, sendo um núcleo principal funcionado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro e um núcleo de apoio funcionando na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marilda Nunes.

Quanto aos arcos de qualificação profissional escolhidos para o município, ficou definida a oferta nas áreas de agroextrativismo, madeiras e móveis e construção e reparos, conforme veremos mais adiante.

2.3. Um Cenário das Escolas que Abrigam o PROJOVEM Urbano

2.3.1 Escola Aristóteles Emiliano de Castro

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro, está localizada na Rua Major Lira Lobato, nº 19, Centro, Igarapé-Miri. O bairro possui em seus aspectos socioeconômicos, qualidade mais elevada que os demais bairros da cidade, com vias públicas e o saneamento básico bem estruturado e acentuado fluxo de veículos.

O Projeto Político Pedagógico da instituição relata que há cinco décadas Igarapé-Miri não possuía ensino fundamental maior, sendo assim, somente famílias que detinham recursos financeiros que enviavam seus filhos para estudar em cidades vizinhas. Esse motivo fez com que as senhoras Crisálida Soares e Cesarina Lobato, sentindo a necessidade de rever seus estudos gramaticais, buscassem os serviços da professora Carmem Leão Sanches para reforço em Língua Portuguesa.

Correu então a notícia da eficiência do referido “curso”, o que levou as citadas senhoras a buscarem um local para o desenvolvimento dessas atividades. Foi nesse momento que as mesmas conseguiram uma sala no Instituto Sant’Ana, onde as aulas passaram a ser ministradas à noite (PPP, 2018). A essa iniciativa, ampliou-se para a proposta de implantação do curso ginásial em Igarapé-Miri, o que ganhou o apoio do prefeito da época, senhor Braulino Martins.

O então prefeito providenciou o aparato necessário para a execução do projeto de implantação, sendo criada a escola Aristóteles Emiliano de Castro, nome que homenageia o miriense que conseguiu destaque na educação na capital

paraense. No entanto, a implantação do curso só ocorreria no dia 22 de abril de 1968, quando veio a autorização estadual com base lei (LDB 4.024/61). A escola passou a funcionar com o título de Ginásio Estadual Aristóteles Emiliano de Castro, razão de até hoje ter a alcunha de Ginásio.

A Escola Aristóteles Emiliano de Castro tem, assim, ao longo dessas cinco décadas, buscado destaque na oferta da Educação Básica no ensino fundamental, atualmente do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

No que diz respeito à sua estrutura física, a escola possui: 09 salas de aula; 01 sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado); 01 sala de direção; 01 sala de Coordenação Pedagógica; 01 quadra esportiva; 01 auditório; 01 biblioteca; 01 sala de professores; 01 secretaria; 01 cozinha; 01 dispensa; 01 depósito; 01 banheiro; dos funcionários; banheiros dos alunos: 01 masculino, 01 feminino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola apresenta como proposta filosófica: “Desafios e perspectivas de um fazer coletivo, democrático e inclusivo”, com a missão, “Educar para favorecer o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, contribuindo para a formação da identidade do sujeito, de modo que todos independentes de classe, raça, gênero, sexo, características ou necessidades especiais possam construir juntos um mundo de igualdade e solidariedade”.

Figura 1 - Escola Aristóteles Emiliano de Castro – Ginásio (visão frontal)



Fonte: Acervo do autor.

2.3.2 Escola Marilda Nunes

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Marilda Nunes foi fundada em 23 de setembro de 1970, durante a gestão do então prefeito Alberone Lobato. O nome da escola é uma homenagem à esposa do governador do Pará na época, Alacid Nunes.

Construída em alvenaria com chão de taco²³, a escola possui uma estrutura física inicial com oito salas de aula, uma cozinha, um auditório, uma secretaria e um espaço para depósito de materiais.

A escola está localizada na Travessa Generalíssimo Deodoro S/N, Bairro Centro, e tem autorização do Conselho Estadual de Educação para o seu funcionamento legal.

Em 2004, durante a gestão do prefeito Mário da Costa Leão, a escola passou por uma reforma, onde teve ampliação de seus espaços, ganhando sala de leitura, sala de professores e sala de direção.

Em 2008, por ocasião da gestão da prefeita Dilza Maria Pantoja, a escola ganhou nova reforma. Dessa vez, sendo criada uma sala de apoio multifuncional para atendimento especializado de estudantes com deficiência.

A instituição oferece educação infantil (atendendo crianças de 4 e 5 anos) e ensino fundamental (atendendo crianças de 6 a 12 anos).

Figura 2 - Escola Marilda Nunes, visão frontal

²³ Tipo de piso rústico, em formato retangular, geralmente de madeira.



Fonte: Acervo do autor.

A privilegiada localização das duas escolas citadas foi critério fundamental para a escolha das mesmas como espaço ideal para o funcionamento do projeto PROJOVEM Urbano, o que permitiria o acesso a todos os bairros atendidos pelo projeto. Da mesma forma, a disponibilidade de salas de aulas durante do período noturno (horário de funcionamento) foi decisiva para a escolha.

Coube à Escola Aristóteles Emiliano de Castro (na época sob a gestão do Professor Marinaldo Pantoja Pinheiro) a missão de sediar o projeto no município. Já a Escola Municipal Marilda Nunes coube à tarefa de ceder salas para acolher as turmas excedentes do projeto.

Alguns desafios foram enfrentados durante o desenvolvimento da pesquisa, o que pode ser claramente compreendido, haja vista tratar-se de uma experiência concebida apenas como política de governo e não como política de Estado, ou seja, a política do PROJOVEM não foi assumida como política permanente e, portanto, não teve continuidade com outros gestores. Entendemos, assim, que essa descontinuidade constituiu-se em forte empecilho para a aquisição de informações mais qualificadas em nível local sobre o programa, restando como recurso o contato com coordenadores da época, assim como relatórios escassos do governo do Estado sobre ações de programas desenvolvidos na época.

CAPÍTULO 3 A PESQUISA DE CAMPO: REPERCUSSÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE EGRESSOS DO PROJÓVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI

Este capítulo refere-se à experiência do Projovem Urbano no município de Igarapé-Miri, PA (*lócus* da nossa pesquisa), a partir da pesquisa de campo realizada com estudantes egressos do programa. Através dela, foi possível, com os resultados obtidos, fazer uma análise sobre as principais contribuições e repercussões desse projeto na vida dos estudantes atendidos.

Conforme já esclarecido, o programa PROJÓVEM Urbano foi implementado no município de Igarapé-Miri por meio de articulação entre Secretaria Municipal de Educação – Semed e Secretaria Estadual de Educação – Seduc/Ministério da Educação, com efetivação através de acordo de cooperação técnica assinado pelo então prefeito municipal Roberto Pina Oliveira (Partido dos Trabalhadores - PT), haja vista as dificuldades elencadas pelo município diante dos desafios sociais no campo das políticas sociais relacionadas à juventude.

Essa questão da realidade social da juventude no município de Igarapé-Miri já foi amplamente discutida ao longo desta dissertação, onde já no início do texto apresentamos um pouco do histórico de formação do município, tal como os fatores que contribuíram para reprodução das desigualdades sociais e consequentes reflexos na vida dos jovens. Da mesma forma, discutiu-se como se deu a urbanização da cidade de Igarapé-Miri, sobretudo após fim do ciclo da cana-de-açúcar. Um processo repleto de problemas e enormes desafios, visto que a sede do município não possuía estrutura necessária para acolhimento das famílias recém-chegadas do meio rural.

Após algumas décadas, a cidade de Igarapé-Miri tem passado por inúmeras crises do ponto de vista social, com destaque para a realidade do segmento juventude, que tem ficado refém da violência urbana e com sérias dificuldades de acesso a direitos constitucionalmente garantidos.

É nesse ambiente que o PROJÓVEM Urbano chegou ao município de Igarapé-Miri, sendo seu lançamento durante plenária realizada no espaço paroquial Centro Social Barraca de Sant'Ana, no dia 20 de março de 2009²⁴. O evento de

²⁴ O cronograma inicial do PROJÓVEM no Pará previa para 2008 o início das atividades. Vê-se, no entanto, que houve atraso na execução.

lançamento contou com a participação de representantes dos governos estadual e municipal, professores selecionados para atuação no programa, alunos matriculados e representantes da sociedade civil.

A proposta da plenária foi garantir apresentação ampla sobre os objetivos do programa, tal como informar aos jovens matriculados sobre funcionamento, dinâmica e perspectivas do curso.

A gestão do programa foi feita através de parceria entre o município de Igarapé-Miri e Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Sendo assim, para a execução das atividades do programa em Igarapé-Miri, a gestão municipal designou a responsabilidade a recém-constituída Coordenação Municipal de Política para a Juventude²⁵. Esse instrumento foi criado pela Prefeitura de Igarapé-Miri com objetivo de coordenar as políticas públicas para o seguimento juventude no município, entre as quais, o PROJOVEM Urbano passaria a integrar.

3.1. A Análise das Entrevistas e Resultados

Na metodologia desta dissertação já descrevemos que durante a pesquisa de campo foram entrevistados 39 alunos egressos do Programa PROJOVEM URBANO com objetivo de analisar as principais repercussões (sobretudo dos pontos de vista social e econômico) do programa, ou seja, a meta foi identificar as contribuições que de fato o programa trouxe para esses egressos dentro dos aspectos citados. Da mesma forma, também tivemos como objetivo a identificação de possíveis deficiências do programa, seja na sua organização estrutural, seja no seu processo de execução.

Nos quadros abaixo apresentamos as relações com nomes²⁶ e perfis dos entrevistados durante a pesquisa

Quadro 2: Nomes e perfis dos entrevistados do sexo masculino

Nome	Idade	Ocupação
------	-------	----------

²⁵ A Coordenação de Políticas para a Juventude de Igarapé-Miri foi criada Lei Municipal Nº 4.989/2010, de 25 de março de 2010, qual trata da então reorganização e estrutura administrativa do Poder Executivo do Município.

²⁶ Os nomes apresentados no quadro na verdade são pseudônimos dos entrevistados.

Luciano	33	Enfermeiro
Raimundo	37	Pedreiro
Bruno	37	Pedreiro
Carlos	39	Pedreiro
Manoel	37	Funcionário público / pedreiro
Fernando	39	Técnico em refrigeração e eletricidade
Antenor	32	Técnico em informática
Marcos	40	Técnico de informática
Joao	41	Autônomo
Luiz	35	Produtor cultural
Francisco	37	Marceneiro
Pedro	30	Autônomo
Geraldo	34	Pedreiro

Fonte: O autor (2021)

Quadro 3: Nomes perfis dos entrevistados do sexo feminino

Nome	Idade	Ocupação
Letícia	30	Autônomo
Amanda	30	Universitária
Jessica	37	Funcionária pública/auxiliar de serviços gerais
Fabia	33	Agricultora
Socorro	37	Liderança comunitária
Maria	38	Funcionária pública/auxiliar de serviços gerais
Augusta	33	Agente comunitária de saúde
Rosa	40	Autônoma
Denise	39	Autônoma
Joana	34	Autônoma
Helena	38	Autônoma
Cristina	34	Autônoma
Mariane	34	Autônoma

Patrícia	35	Autônoma
Marlene	40	Autônoma
Angélica	40	Liderança comunitária
Antônia	40	Artesã
Lindalva	39	Estudante
Juliana	39	Autônoma
Camila	39	Universitária
Marta	41	Liderança comunitária
Maura	39	Liderança comunitária
Fernanda	34	Autônoma
Rosana	32	Autônoma
Rosa	31	Autônoma
Graça	40	Autônoma

Fonte: O autor (2021)

Os resultados da pesquisa foram bastante consistentes no sentido de apresentarem os principais elementos para discussão, nas quais nos permitiram avaliar o real alcance da política pública em questão no município.

Explanando de maneira geral, foi possível em um primeiro momento perceber pontos positivos importantes na experiência municipal do PROJOVEM Urbano, isto é, o programa foi de fato uma iniciativa inédita que possibilitou aos jovens o retorno à sala de aula, reapontando, assim, novos rumos para a reconstrução de seus sonhos, os quais por questões diversas foram interrompidos.

Carrano (2003), ao discutir sobre os prejuízos das interdições de futuro das gerações mais jovens, compreende que os projetos juvenis interrompidos inviabilizam o pleno desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, entende-se também que é sobre essa juventude ameaçada que se deposita as esperanças quanto às possibilidades de renovação e de futuro. É nesse o programa PROJOVEM Urbano trouxe aos jovens mirienses²⁷ possibilidades extraordinárias de retomadas de perspectivas para seus projetos de vida.

²⁷ Adjetivo pátrio utilizado para cidadãos que nasceram ou vivem no município de Igarapé-Miri/PA. Também a forma “igarapemiriense” é utilizada.

A oportunidade de voltar a estudar em uma modalidade adaptada às suas realidades, somada à possibilidade de inserção em uma carreira profissional, constituiu para os candidatos ao curso, os ingredientes fundamentais para retomada de seus projetos de vida.

Concebido a partir de uma concepção de currículo integrado, onde os diferentes campos do conhecimento são trabalhados em uma metodologia transdisciplinar, agregando objetivos educacionais, experiências de vida e mundo do trabalho o PROJOVEM Urbano é assim assimilado como instrumento ideal para a realidade dos jovens em questão (CANTANHÊDE, 2011, p. 46).

Os fatores positivos foram diversos a começar pelo baixo percentual de evasão do curso, sendo que dos 39 entrevistados apenas 15,38% (isto é, seis egressos do programa), afirmaram não ter conseguido concluir o curso. Esses números nos provocam a listar fatores que contribuíram para isso, o que embora não estejam de maneira explícita nos resultados, foi possível perceber o quanto a chegada do programa trouxe de expectativas positivas para retomada de sonhos e projetos pessoais dos egressos, seja com a possibilidade de progressão nos estudos após o curso fundamental, seja no campo das possibilidades de novos horizontes no âmbito profissional.

É certo que a bolsa concedida aos alunos do programa também contribuiu para a permanência no curso, haja visto que as dificuldades financeiras vivenciadas por muitos dos jovens em questão constituam grandes desafios em suas vidas, o que foi informado por vários deles no decorrer das entrevistas, onde afirmaram que o valor repassado ajudava na manutenção das despesas da família durante o período de estudo. Porém, outras motivações foram somando-se, e mesmo os que ingressaram apenas pela motivação financeira, foram encontrando razões suficientes para continuidade no curso.

Das justificativas apresentadas pelos que não deram continuidade ao curso, predominaram as dificuldades em conciliar trabalho e estudo e gravidez. Outros motivos também foram citados com menos frequência como: medo da violência, não ter com quem deixar os filhos durante o horário das aulas, cansaço após a jornada de trabalho, etc. Percebe-se nessas justificativas a explícita dificuldade experimentada pelas mulheres, haja vista que os papéis desempenhados por elas, tem historicamente lhe colocado em desvantagens no campo das oportunidades.

Observou-se que o fator trabalho foi o principal entre as justificativas dos desistentes, sendo que dos entrevistados 60% do grupo dos que evadiram afirmaram ter deixado o curso por motivo de não terem conseguido conciliar o curso com a carga horária de trabalho.- Essa questão da desistência é tratada no relatório nacional final da primeira versão do Projovem do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (UFJF), conforme vemos abaixo:

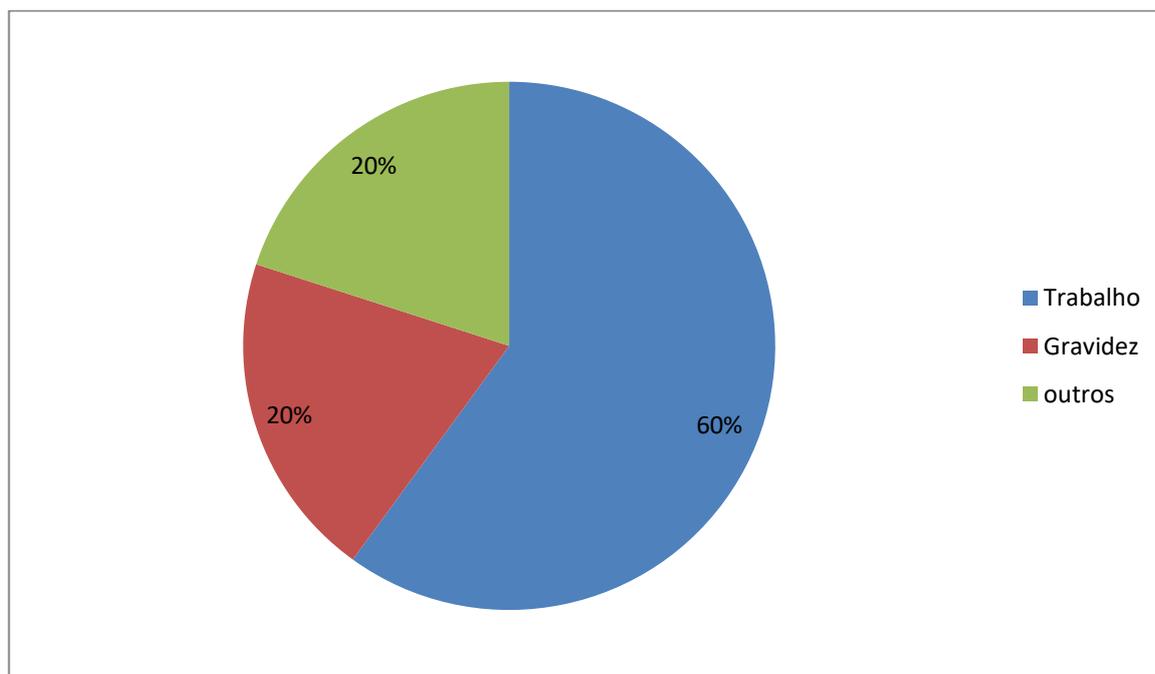
O PROJÓVEM, em geral, é atraente para o seu público-alvo. Todos mantêm consigo a esperança e o sonho de se “incluir”, de aproveitarem as oportunidades, de estudarem, de alterarem a nefasta relação que até então mantêm com o mercado de trabalho e o espaço público. No entanto, isso implica em um investimento significativo do jovem e de suas famílias em termos de tempo, dedicação, dinheiro, disciplina, entre outros fatores. Por isso, o aprimoramento da implementação inicial cumpre papel decisivo na diminuição da desistência, bem como na sua aproximação com o recrutamento. No entanto, a desistência não desaparecerá. Por isso, esse desafio merece atenção especial e busca de soluções criativas e eficazes para seu gerenciamento.- (RELATÓRIO FINAL DO PROJÓVEM /2005-2008, CAED UFJF 48).

É certo que a questão da desistência precisa ser melhor observada na avaliação do curso. Em outras palavras, percebe-se a necessidade de uma melhor articulação durante a execução do programa, com orientações bem definidas para um melhor aproveitamento do curso. Da mesma forma, percebe-se a necessidade de definição de melhores estratégias visando a construção de parcerias que favoreçam a inserção dos cursistas do programa no mundo do trabalho após processo de formação. Nesse sentido, Muniz (2016) argumenta que:

A qualificação profissional pode ser vista enquanto possibilidade de reversão da problemática do desemprego e da pobreza na juventude. No enfrentamento destas problemáticas, as políticas de juventude precisam ser postas em prática de forma mais integrada (escola, empresa, sociedade, Estado), aproximando as instituições que possuem a juventude como um dos seus focos de ação. (MUNIZ, 2016, p. 122).

Essa necessidade de integração entre as políticas públicas e as estratégias de inserção (nesse caso no mundo do trabalho) precisa ser plenamente compreendida pelos elaboradores dos programas. Do contrário, a eficiência dos projetos pode ficar mais distante.

Voltando a questão das desistências, o gráfico abaixo revela as principais causas apresentadas pelos entrevistados, como fatores que contribuíram para a não continuidade no programa:

Gráfico 2 - Motivos de desistência

Fonte: O Autor (2021).

É visível que o programa Projovem Urbano trouxe boas expectativas de promoção de oportunidades e conseqüentemente constituiu um importante instrumento de combate à desigualdade social no país.

Essa questão da desigualdade já foi amplamente tratada no decorrer desta dissertação, onde elencamos os fatores que em nível nacional, tal como em nível local, contribuíram para a reprodução dessas disparidades, sendo que em poucos momentos na história do Brasil, houve real preocupação em combatê-las.

Arretche (2015) afirma que foi sob o regime democrático contemporâneo que a desigualdade no Brasil teve considerável redução. Além da queda da desigualdade de renda, também o acesso ao ensino fundamental, ampliação de serviços urbanos (entre outros) foram bastante significativos. (ARRETICHE, 2015). Lembremos que os investimentos em políticas públicas na primeira década dos anos 2000 foram extremamente importantes para as metas de enfrentamento à desigualdade social no Brasil. Foi nessa década que o país experimentou significativa melhoria nas oportunidades educacionais, com destaque para ampliação do acesso educacional aos filhos de trabalhadores rurais, tal como para a inclusão de mulheres e negros no ambiente escolar.

Ainda sobre esse grupo de desistentes, cabe ressaltar que 80% dos entrevistados eram do sexo feminino, o que mostra o explícito grau de dificuldades a que ainda são submetidas às mulheres no Brasil, onde mesmo com maiores possibilidades de acesso à educação, prolongam-se as grandes dificuldades para permanência na escola, tal como inserção e valorização profissional pós-estudos. O gráfico abaixo mostra o alto percentual feminino entre o grupo dos desistentes, conforme vemos a seguir:

Gráfico 3 - Quadro de desistência por gênero



Fonte: O Autor (2021).

Os números confirmam os maiores desafios enfrentados pelas mulheres no país (sobretudo as mulheres mães), as quais assumem múltiplas tarefas que na maioria das vezes lhes impedem em dar continuidade a seus projetos de vida. Ainda nesse sentido, Teixeira (2010) reitera que:

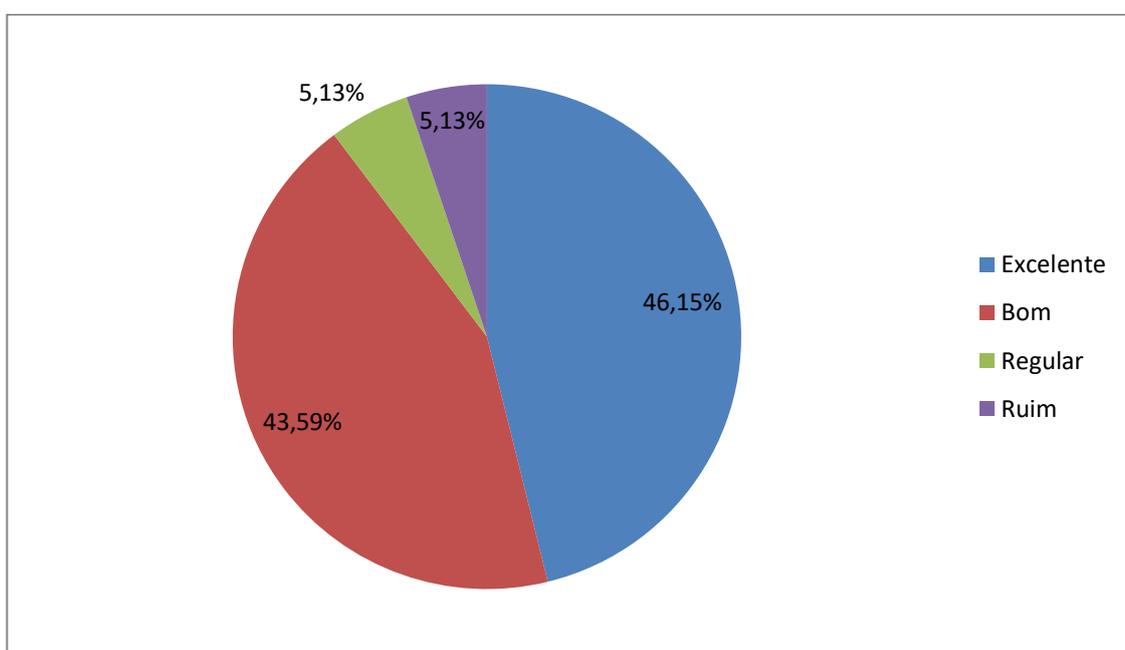
A reflexão sobre os temas igualdade e desigualdade, sob seus diversos aspectos, envolve discussões e questionamentos que, quanto mais aprofundados, tendem a ser frequentemente renovados e a revelar novas dimensões e possibilidades de abordagem". (TEIXEIRA, 2010, p. 253).

Conforme já argumentamos, essa realidade desigual entre gêneros ainda é bastante visível, seja no campo educacional, tal como no mercado de trabalho e em ambientes de participação política. Apesar de não ser o foco da nossa pesquisa, os

dados revelam a necessidade de se constituir políticas públicas de gênero, e a contínua discussão e debate sobre as relações de dominação às mulheres.

No que diz respeito ao nível de aproveitamento do curso, predominou a visão boa ou excelente por parte dos alunos, conforme veremos no gráfico 4 (apresentado abaixo), em que juntando os dois conceitos, teremos um alto nível satisfação, chegando a um percentual de 89,74 % dos ex-alunos entrevistados. Apenas 5,13 % desses entrevistados informaram terem tido aproveitamento regular. Da mesma forma, somente 5,13 % declararam aproveitamento ruim do curso. Essa avaliação refere-se, no entanto, apenas ao nível de satisfação individual dos egressos, não contendo necessariamente os elementos para uma abordagem mais compreensão da eficiência do programa, ainda assim não podem ser desconsiderada.

Gráfico 4 - Aproveitamento do curso na visão dos egressos



Fonte: O Autor (2021).

Esse olhar positivo por parte dos egressos do PROJOVEM Urbano sinaliza um considerável grau de confiança e importância atribuída ao projeto, fazendo-nos entender que a proposta foi extremamente válida, digna de reconhecimento e embora sendo passível de ajustes necessários.

Quanto à meta de qualificação profissional proposta pelo PROJOVEM Urbano no município, verificou-se a predominância do arco agroextrativismo como opção de 33,33% dos entrevistados. Esses números dialogam com o potencial produtivo no

município, o que pode muito bem ser explicado pela cultura econômica agrária local (conforme vimos no capítulo 1) no mapa do plano diretor de Igarapé-Miri (UFPA 2006), o qual enumera os principais aglomerados da produção econômica do município, citando a agricultura (e de modo específico a produção do açaí) como principal força. Sendo assim, é compreensível que um alto percentual dos jovens que cursaram o programa se identificasse com o arco agroextrativismo.

Já em segundo lugar entre as opções de qualificação ofertadas, verificou-se a escolha do arco construção e reparos com 23% da preferência dos ex-alunos do programa, o que pode ser entendido pelo crescimento recente das atividades de construção civil no município, seja com obras públicas federais de infraestrutura social/urbana (Ex. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC²⁸ e Programa de Habitação Popular - Minha Casa Minha Vida²⁹), seja com obras da gestão municipal/estadual ou construção de prédios de empreendimentos privados.

Apenas 15 % escolheram o arco profissional madeiras e móveis, embora essa atividade também possua força no município e região, com uma boa quantidade de marcenarias (com produção de móveis: mesas, cadeiras, guarda-roupas, camas, etc.) e estaleiros no município (carpintaria naval). E por fim, 28,62% dos alunos não informaram o arco profissional escolhido.

Ainda sobre essa questão profissional, cabe aqui fazer algumas considerações, isto é, enfatizar que em nível nacional a baixa qualificação ainda é um grande desafio a ser enfrentado. Sendo assim, não há como ignorar o imenso paradoxo entre crescimento econômico e a manutenção das desigualdades.

Lembre-mos de que durante as décadas de 60 e 80, o país viveu momentos grandiosos no aspecto econômico, com fortes investimentos públicos em infraestrutura e apoio ao processo de industrialização, o que contribuiu para triplicar o PIB nacional naquele período. No entanto, esse avanço no setor produtivo não foi acompanhado por políticas de valorização do trabalhador; pelo contrário, manteve-se a baixa qualificação, tal como os baixos salários e a precarização das condições de trabalho.

²⁸ Um exemplo foi a obra da Unidade de Pronto Atendimento, UPA 24 horas, no município, cuja execução foi obra habilitada pela Portaria Nº 1.736, de 28 de julho de 2011 para municípios selecionados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2.

²⁹ Em 2010, o município fez adesão ao programa nacional de habitação popular "Minha Casa, Minha vida". Foram investidos 52 milhões na construção em um complexo nomeado de Conjunto Habitacional Açaí Lar, onde foram edificadas 682 unidades habitacionais, além de praça, centro comunitário, feira, entre outros espaços coletivos (termo de adesão ao PMCMV/18 de outubro de 2013).

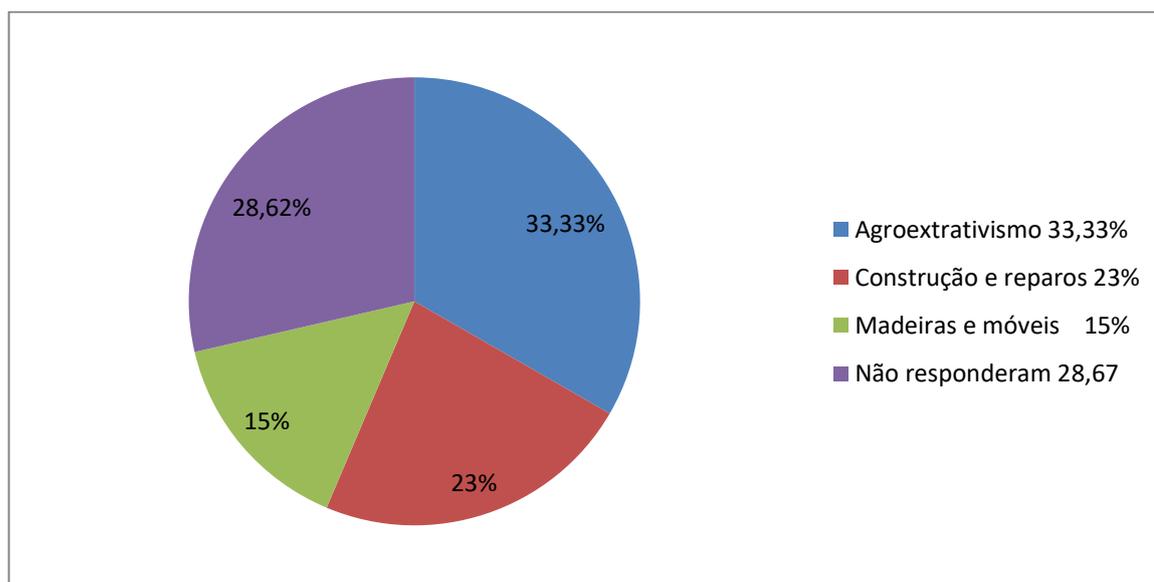
A história nos revela que durante os anos acima citados trabalhadores foram aos poucos aglomerando as ocupações urbanas, submetendo-se a enormes desafios do ponto de vista social (exemplo: as precárias condições de moradia e saneamento, violência, dificuldades de acesso à política educacional e de saúde, entre outros).

Em nível local, os problemas nesse campo da qualificação são também imensos. É bem verdade que nas últimas décadas, o município também vem se destacando nesse aspecto econômico, sobretudo a partir da projeção nacional do açaí, onde atualmente várias fábricas de beneficiamento já se instalam no município. Ainda assim, pouca qualificação se tem ofertado para os trabalhadores desse segmento.

Podemos aqui deduzir que por ser o PROJOVEM Urbano um programa que traz no seu foco a meta de qualificação profissional, também constituirá um excelente atrativo aos sujeitos que se candidataram às vagas.

O gráfico 5 apresenta os percentuais relacionados aos arcos profissionais escolhidos, conforme vemos a seguir.

Gráfico 5 - Arco profissional escolhido

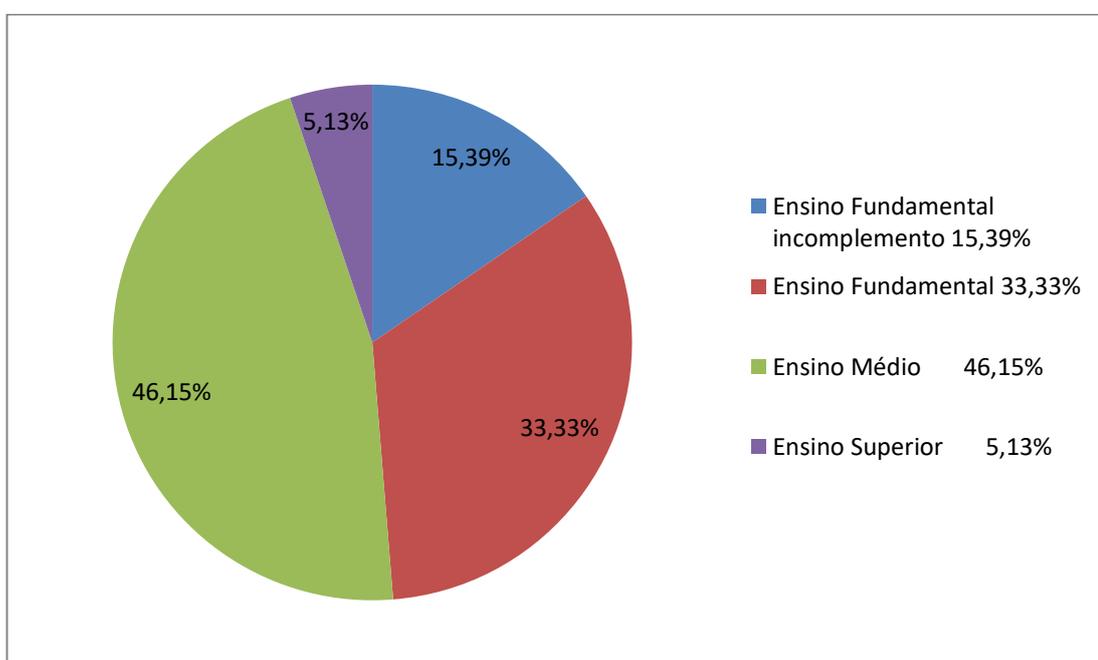


Fonte: O Autor (2021).

Uma visão puramente objetiva do programa poderia nos causar certo incômodo ao nos deparar com os números que tratam da relação “escolha do arco profissional *versus* exercício de atividade na área escolhida”, visto que o percentual

dos entrevistados que afirmaram ter atuado ou ainda atuarem na área escolhida parece modesto, representando apenas 33 % dos entrevistados. Ou seja, 67% desses jovens não tiveram nenhum tipo de aproveitamento dentro do arco profissional escolhido. Porém é preciso considerar que a partir do incentivo dado pelo curso, muitos jovens foram buscar outras formações, conseguindo também espaço no mundo do trabalho. Por outro lado, chama atenção para o impulso oferecido pelo programa dentro do aspecto educacional, o que poder ser percebido pelo quantitativo de ex-alunos do programa que deram continuidade aos estudos, sendo que dos entrevistados 46,15 % afirmaram ter concluído o ensino médio e 5,13% chegaram, inclusive, ao ensino superior, conforme veremos no gráfico 6 (abaixo apresentado):

Gráfico 6 - Grau de escolaridade dos egressos na atualidade.



Fonte: O Autor (2021).

Deve-se ainda entender que a atribuição de êxito do programa no aspecto profissional não pode se limitar à relação com o arco escolhido no curso, mas à contribuição para o seu projeto de vida. Muitos desses egressos, mesmo não tendo dado seguimento profissional no arco do estudado, tiveram no programa o impulso necessário para buscar outras formações após o curso. Como exemplo disso, destacamos a declaração de vários deles, os quais afirmaram ter ingressado em

cursos como refrigeração, panificação e manutenção de computadores (entre outros). Da mesma forma, o programa também foi fundamental para aprovação de muitos dos egressos em concurso público do município³⁰.

Curiosamente, algumas contribuições ocorreram de maneira bem indireta. Um exemplo disso foi a do entrevistado que declarou que além de contribuir com a sua formação, o programa também contribuiu para a vida de sua esposa, haja vista que por precisar de conhecimento para prestar exame em concurso público, a mesma assistia às aulas do programa como ouvinte. Para alegria da família, ele informou que sua esposa conseguiu aprovação no certame realizado em 2009 pela Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri, e hoje atua como funcionária pública.

Outro aspecto importante na pesquisa foi analisar a contribuição do programa para inserção social dos jovens, isto é, o PROJOVEM Urbano trouxe de fato alguma contribuição para o fortalecimento das vivências comunitárias, envolvendo-os em ações favoráveis à construção de vínculos de sociabilidade?

A resposta para essa pergunta é sim. Foram vários os egressos que durante as entrevistas reforçaram essa importante contribuição do programa para suas vidas. Eles citaram que ao longo do curso, diversas atividades no campo das vivências culturais foram desenvolvidas pela coordenação do curso. Entre as atividades, os egressos destacaram as oficinas e apresentações de danças folclóricas regionais, a exemplos de quadrilhas juninas, as quais, na visão dos entrevistados, exerceram papel fundamental para integração social dos jovens.

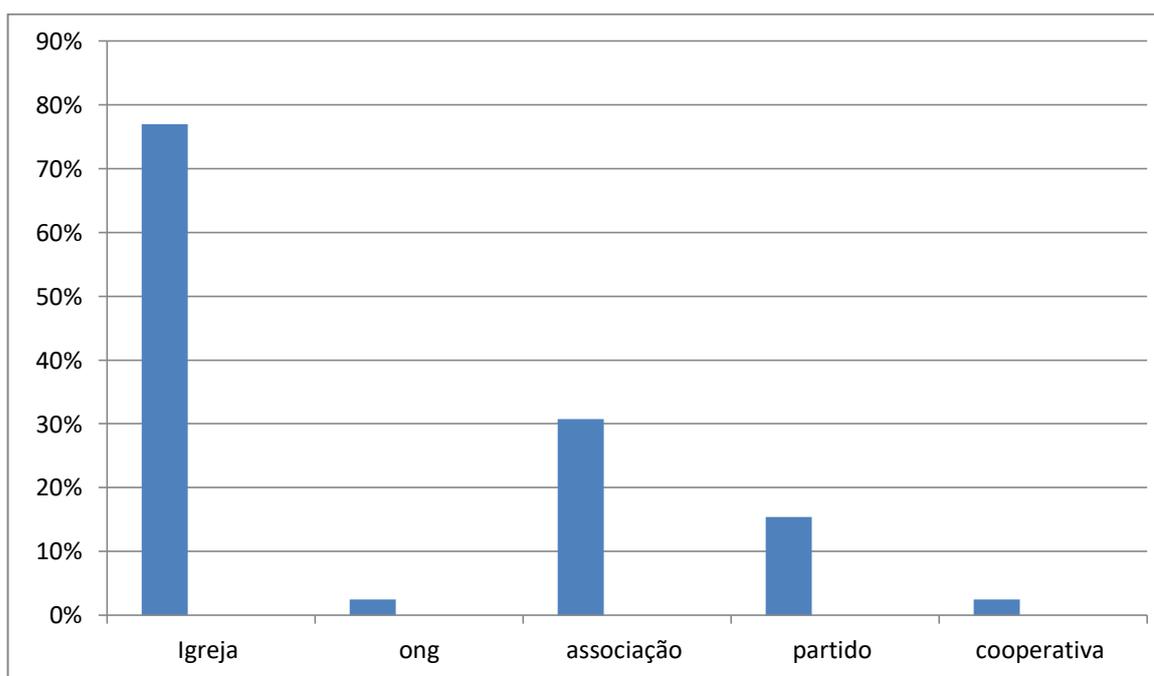
Ressalta-se que por viverem em bairros diferentes, e muitos desses bairros em situações de conflitos, esses jovens jamais tinham compartilhado qualquer tipo de experiência coletiva. O PROJOVEM, portanto, foi fundamental nesse processo de integração dos jovens, ajudando na superação de barreiras territoriais entre bairros e permitindo aos participantes o exercício de sociabilidade e solidariedade. Foram várias as apresentações em nível local, e inclusive em nível estadual durante eventos promovidos pelo Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), na capital paraense, Belém.

O êxito do programa nesse quesito fica explícito no nível de participação social declarado nas entrevistas pelos egressos do programa, onde 84,62 % dos

³⁰ Durante as entrevistas, vários egressos citaram que a partir dos conhecimentos obtidos em sala de aula durante o curso, conseguiram aprovação em concurso público municipal realizado em 2010, e hoje são servidores públicos.

entrevistados afirmaram ter, a partir do programa, compreendido a necessidade de maior envolvimento na vida social de seus bairros, dentro de diversos espaços de vivência comunitária. Como exemplos desses espaços (onde muitos dos entrevistados afirmaram atualmente estarem envolvidos), citamos: igrejas, sindicatos, associações, entre outros. O gráfico 7, apresentado a seguir, mostra os principais espaços de participação social destacados pelos entrevistados.

Gráfico 7 - Principais espaços de participação social dos entrevistados



Fonte: O Autor (2021).

Observa-se que entre os espaços citados pelos egressos, houve predominância de envolvimento no eixo religioso. Sendo importante lembrar que ao responder os questionários, os entrevistados poderiam marcar mais de uma alternativa. Quase 80% dos egressos dos entrevistados do programa destacaram a participação social em atividades desenvolvidas por igrejas, o que também mostra a forte atuação desse seguimento no município, o qual além da principal força religiosa (Igreja Católica – Paróquia de Sant’Ana, com suas várias comunidades eclesiais na maioria dos bairros), também conta com dezenas de instituições evangélicas (entre tradicionais, pentecostais e neopentecostais), sobretudo nas áreas periféricas da cidade. Já 31% dos entrevistados destacam o despertar para envolvimento em associações comunitárias de bairros, e 15% em partidos políticos.

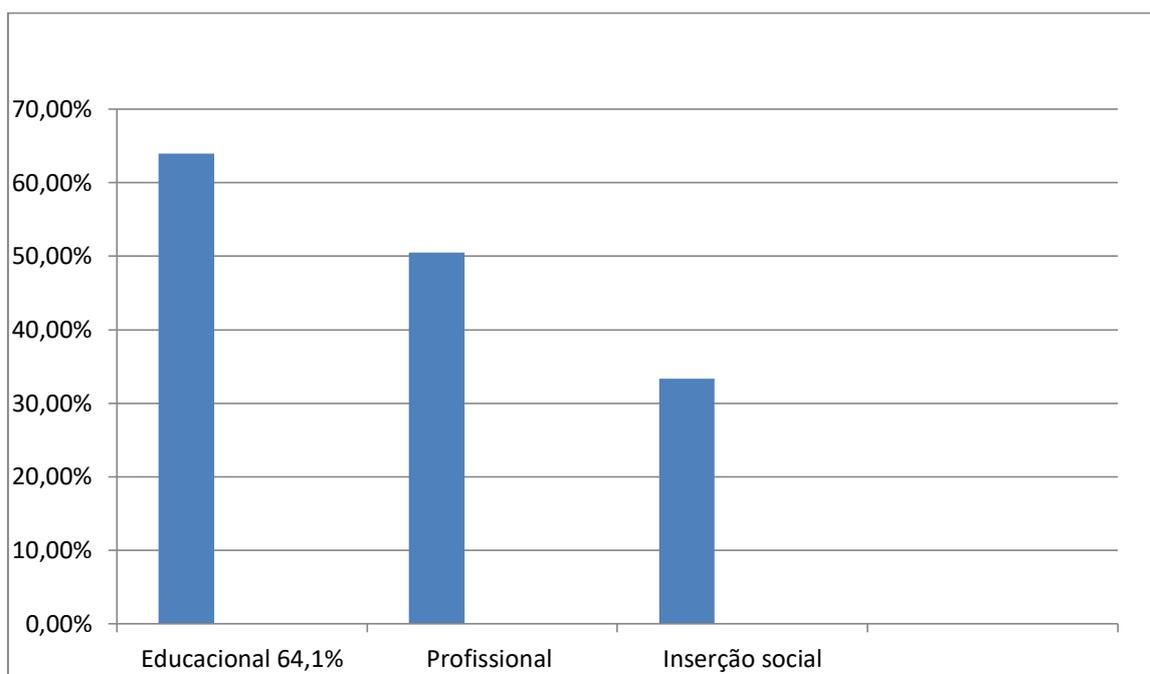
A participação dos entrevistados em cooperativas e organizações não governamentais (ONGs) quase não foi percebida, conforme mostrou o gráfico.

Foi possível perceber que nas respostas dos entrevistados, o programa PROJOVEM Urbano cumpriu papel fundamental nos diversos aspectos elencados pela sua proposta, cujo tripé convém reiterar: elevação da escolaridade, questão profissional e inserção social. De maneira explícita, foi possível identificar que a questão educacional foi o ponto central de maior contribuição do programa para a vida dos egressos, conforme dados que passaremos enumerar.

Quando perguntados em quais áreas o programa mais contribuiu na vida dos egressos, 64,1% dos entrevistados destacaram a questão educacional como o grande legado do programa para suas vidas. Já 50% destacam a questão profissional como principal contribuição. 33% dos entrevistados destacaram a inserção social e comunitária, como principal fator de contribuição.

Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Fatores de maior contribuição do programa para a vida dos egressos³¹



Fonte: O Autor (2021).

³¹ Os entrevistados poderiam citar mais de uma opção, por isso o percentual ultrapassou os 100%.

Um dado também importante mais que não aparece no gráfico foi a contribuição na dimensão familiar dos entrevistados, sendo que nesse aspecto - 50% dos entrevistados destacaram que o programa contribuiu significativamente na vida de suas famílias.

É certo que o destaque conferido pelos entrevistados à questão educacional pode ser entendido como reconhecimento da eficiência do programa nesse aspecto, ou seja, admite-se que o PROJOVEM Urbano atingiu o objetivo em um dos seus pilares fundamentais, contribuindo assim para a diminuição do déficit educacional no país e, conseqüentemente, para a diminuição da desigualdade social brasileira.

Da mesma forma, o gráfico também revela o considerável êxito do programa em termos de formação profissional (ainda que sem atuação considerável nas áreas escolhidas).

No gráfico também ficou o pleno entendimento de que o programa exerceu importante contribuição no campo da inserção social, conforme já abordado de forma bastante ampla nesta dissertação.

No entanto, outras questões ainda precisarão ser exploradas para uma melhor avaliação do programa. Sendo assim, é preciso fazer algumas considerações e críticas pedagógicas ao programa, isto é, faz-se necessário compreender deficiências no planejamento e na execução do PROJOVEM Urbano.

Diversos autores reiteram pontos para uma análise crítica do programa, sendo que dentre os aspectos podemos elencar fatores, como: a ausência de uma formação mais qualificada no campo profissional, a ausência de uma articulação com potenciais receptores de mãos de obra juvenil após a conclusão do curso, a ausência de orientação dos jovens visando estratégias de fomento e perspectivas de rendas aos egressos, entre outros pontos.

O que se pode perceber é que o programa foi constituído com grande expectativa e esforço por parte do governo, mas que não contou com o devido acompanhamento de modo a garantir melhor aproveitamento. Ou seja, não houve um monitoramento plenamente eficiente visando otimização de recursos para alcance de melhores resultados.

3.2. Avaliação dos Resultados

Pelos resultados apresentados, é possível perceber que a experiência do programa Projovem Urbano no município de Igarapé-Miri teve êxito, com aspectos positivos que contribuíram significativamente para a vida dos jovens nos âmbitos em que o programa se propôs (educacional, inserção social/comunitária e profissional).

As respostas dos entrevistados revelam que o programa contribuiu para o retorno dos jovens à escola, trazendo-lhes, assim, novas perspectivas de retomada para seus projetos de vida, quer contribuindo do ponto de vista educacional, quer contribuindo com formação profissional no arco escolhido durante o curso, ou ainda dando impulso motivacional para a busca de futuras formações.

O projeto também teve forte contribuição da vida social dos jovens, possibilitando, assim, momentos importantes de integração social entre os jovens de diversos bairros da cidade. Ou seja, em um momento em que o município sofria bastante com a rivalidade urbana entre jovens de bairros diferentes, o programa possibilitou momentos e experiências coletivas que ajudaram a construção de vivências e relações de sociabilidade.

As atividades de integração cultural, tão necessárias ao seguimento juvenil, tiveram papel fundamental nesse momento, contribuindo para a melhoria das relações sociais entre esses sujeitos e possibilitando aos jovens usufruírem o legítimo direito à cidade, constantemente negado pela concepção capitalista urbana.

Nesse sentido, o PROJOVEM Urbano também possibilitou aos jovens cursistas, exercícios importantes de vivências coletivas, com a valorização do espírito de solidariedade, amizade, tal como a conscientização sobre seus direitos. Convém destacar que as políticas públicas para a juventude exercem papel fundamental no combate à desigualdade e na promoção de justiça aos “sujeitos que já tiveram ao longo de suas vidas seus direitos sonegados” (CAÚ, 2009. p. 206). Assim, é inegável a imensa contribuição do PROJOVEM Urbano no campo das políticas para a juventude, tal como para uma concepção de cidade justa, concebida aqui como espaço de fraternidade e de promoção de igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória recente do Brasil mostra que os investimentos em políticas públicas têm sido fundamentais para o processo de redução da pobreza, e, conseqüentemente a diminuição das injustiças. No entanto, o alto nível de desigualdade existente ao longo de décadas no país constitui desafio imenso a ser enfrentado. Nesse sentido, Carrano (2003) ressalta que “o crescimento e o desenvolvimento das cidades necessitam caminhar juntos” (CARRANO, 2003, p. 23), ou seja, é necessário pensar em um modelo de desenvolvimento justo para as nossas cidades, combinando assim fatores econômicos e sociais.

É certo que esse tema da pobreza urbana ganha espaço nas agendas tanto políticas quanto acadêmicas, seja pela complexidade da problemática socioeconômica das cidades, seja pelas novas tendências que o processo de urbanização adquiriu, isto é, estamos diante de um modelo urbano de crescimento, caracterizado tanto pela espontaneidade, quanto pela desordem e pela irregularidade, sendo, portanto, extremamente desigual.

Percebe-se que as políticas públicas mais recentes, sobretudo no campo da educação, tem sido fundamentais para a diminuição das desigualdades de oportunidades. É bem verdade que essas condições também são parte integrante do discurso capitalista da meritocracia, onde os seres humanos conquistam seus objetivos a partir dos próprios méritos, sendo a “distribuição” de oportunidades a única exigência para a promoção da justiça. Em outras palavras, dá-se (...) “mais importância aos meios e as condições que permitem aos atores entrar para competir com as mesmas regras” (SOLEIRA, 2005, p. 220).

Partindo de uma perspectiva da plena justiça social, o ideal seria a cooperação e a distribuição das recompensas, onde a ênfase estaria na igualdade dos resultados ou dos fins, sendo que somente por esse modelo as diferenças de rendas, recompensas, poder e prestígios seriam mínimos. -No entanto, não há como negar que a busca pela igualdade de oportunidades, ainda sob o risco de contaminação pelo discurso da meritocracia, é um passo importante para a promoção da justiça.

Quando tratamos das dificuldades sociais historicamente enfrentadas pelo Município de Igarapé-Miri, em que a realidade urbana tem sido fortemente desafiadora, sobretudo para o segmento juventude, não podemos deixar de

reconhecer o indispensável papel das políticas públicas para o enfrentamento dessas dificuldades. Nesse sentido, destacamos a importância dos recentes programas sociais para juventude os quais têm desempenhado funções significativas no combate à pobreza e desigualdade no Brasil.

Assim, retomando o objetivo geral da pesquisa realizada para a construção desta dissertação, cuja proposta foi analisar as repercussões socioeconômicas na vida dos egressos do Programa Nacional de Inclusão de PROJOVEM no município de Igarapé-Miri, foi possível chegar às conclusões importantes sobre o papel desempenhado pelas políticas públicas.

Nesse sentido ao nos perguntarmos, que transformações dos pontos de vista social e econômico ocorreram na vida dos estudantes egressos do Programa Nacional de inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano) no município de Igarapé-Miri/PA? Os resultados da pesquisa nos permitiram concluir que o programa PROJOVEM Urbano trouxe repercussões positivas importantes na vida dos egressos, possibilitando significativas melhorias nos aspectos levantados durante a pesquisa, isto é, a questão educacional, a inclusão social e a questão profissional.

Em se tratando do aspecto educacional, as contribuições ficaram bastante visíveis já no alto percentual de jovens que concluíram o curso, e em seguida, deram continuidade aos estudos, buscando formação em nível médio (a maioria em cursos na modalidade EJA³² ofertados em escolas estaduais do município). Outros buscaram formações técnicas em áreas diversas ou avançaram para o ensino superior. Ou seja, o programa exerceu papel importantíssimo na retomada de projetos desses jovens, trazendo-lhes novas perspectivas e autoestima para reconstrução de seus sonhos.

Quanto à dimensão comunitária, ficou explícita a contribuição do programa para inserção social nas atividades desenvolvidas em bairros do município. Nesse sentido, destacamos que as experiências de envolvimento cultural promovidas pela coordenação do curso em apresentações locais e regionais despertaram nos jovens a atenção para importância de momentos voltados às vivências e sociabilidade entre os sujeitos. Essas ações contribuíram para o exercício da cidadania, tal como para consciência do direito à cidade. Nesse sentido, é importante reiterar que a experiência de participação direta de cada jovem numa ação social vai possibilitar

³² Educação de Jovens e Adultos.

que exercite sua cidadania, assumindo um novo papel na comunidade em que vive (THOMAZINI, 2017, p. 101).

Da mesma forma, foi possível identificar importantes contribuições do programa para a vida profissional dos egressos, o que pode ser confirmado pelo percentual de entrevistados que reconheceram ter tido êxito no campo profissional nos anos seguintes após a conclusão do curso. Essas melhorias visivelmente se deram pela atuação de muitos desses egressos nos arcos profissionais escolhidos assim como pela atuação em outras áreas, graças a formações técnicas adquiridas após a conclusão do curso, mas que se tornaram possíveis pelo impulso inicial proporcionado pelo PROJOVEM Urbano.

É certo que esses aspectos positivos têm a ver com a proposta curricular do programa, “a qual enfatiza a educação permanente para os sujeitos, em que os conhecimentos se relacionam em (...) um processo que articula saberes estruturados com as experiências de vida” (CASTANHÊDE, 2011, p. 76).

Os resultados da pesquisa aparecem em sintonia com a hipótese levantada no início da mesma, a qual propunha ter havido contribuição do programa para elevação de escolaridade, inclusão social e inserção profissional/econômica desses jovens. Pois de fato o PROJOVEM Urbano foi uma política pública extremamente importante e ajudou significativamente no combate à pobreza e à desigualdade no país. Em se tratando da experiência de Igarapé-Miri, o programa teve papel importantíssimo no enfrentamento aos desafios sociais no campo juvenil, que naquele momento eram enormes no município.

No entanto, o programa apresentou algumas falhas que precisam ser aqui elencadas, onde citamos, como exemplos: a) dificuldades de articulação entre parte teórica e parte prática, haja vista que não houve preocupação por parte dos elaboradores do programa em viabilizar parcerias consistentes para atividades práticas, o que certamente prejudicou o aproveitamento de muitos alunos do programa. Nesse sentido, Castanhêde (2011) ao discutir essa necessidade de articulação do programa com a realidade local, reitera a proposta de que o programa deveria culminar em um projeto de desenvolvimento social e econômico; b) dificuldades metodológicas para lidar com alunos com aprendizados diferentes, pois muitos alunos por terem dificuldades de leitura não conseguiam acompanhar os demais, logo ficavam prejudicados no aprendizado; c) indefinição sobre competência para arquivamento de documentos de alunos, o que fez com que não houvesse uma

centralização de dados após o término do curso, dificultando assim consultas ou estudos posteriores sobre o curso; entre outras falhas.

Outras reflexões também precisam ser pontuadas, como por exemplo, a necessidade de que as políticas públicas, ao serem elaboradas, precisam levar em consideração as questões de gênero, haja vista que os maiores desafios sociais ainda são atrelados à realidade das mulheres, conforme já ficou explícito no gráfico 1, apresentado no início do capítulo.

Outro ponto que precisa se destacar é o prejuízo causado pela interrupção das políticas públicas no Brasil, onde a não continuidade de programas importantes impede de avançarmos em pautas necessárias. Um exemplo disso é o próprio PROJOVEM Urbano, cuja não continuidade representou um imenso prejuízo social para a juventude, colaborando, dessa forma, para permanência e aumento das dificuldades para esse segmento.

Por fim, é justo reiterar que a experiência do programa Projovem Urbano no Município de Igarapé-Miri representou um esforço extremamente significativo do desafio da inclusão social e na promoção de direitos ao seguimento juventude, contribuindo naquele momento, para a proposta de uma cidade mais justa e com oportunidades aos jovens em situação de vulnerabilidade. Convém assim reafirmar a necessidade de reconhecimento da cidade como espaço legítimo para a construção de vivências e experiências coletivas, em contraposição hegemonia neoliberal da exclusão e pobreza (CARRANO, 2003, p. 157). É nesse sentido que as políticas públicas constituem instrumentos indispensáveis para o justo desenvolvimento das nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local**. Vozes, 2003.

_____. **Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1992.

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade social na América Latina; desafios para políticas públicas**. Brasília. UNESCO. BID, 2002.

ALMEIDA, Tatiane Maria Garcia de. **A Dimensão Política da Educação: fundamentos gramscianos capazes de indicar os limites dos decretos 2208/97 e 5154/04. Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2012.

ANDRADE, Flávio Anício. **ProJovem Urbano: atitude protagonista e empreendedora como qualificação básica para o trabalho**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33, 2010, Caxambu, MG. Disponível em: Acesso em 4 jan. 2012.

ANTUNES, Davi; QUADROS, Waldir; GIMENEZ, Denis. **Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000**. Carta Social e do Trabalho, nº 20. Campinas, SP: Cesit/Unicamp, 2012. Disponível em < <https://goo.gl/xrJVbs>>. Acesso em 15/01/2021.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Política pública, juventude e educação: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens na perspectiva dos atores envolvidos**. 2011. 242 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife-PE.

ARAÚJO, Cleonice Correa; SOUZA, Salviana. Desafios do enfrentamento a pobreza no contexto da ofensiva liberal conservadora. In. **Políticas Públicas: temas e questões afins**. São Luiz. EDUFMA, 2018.

ARAUJO. Isaac Fonseca. **Território de Ação Local: uma experiência amazônica de vida associativa**. Editora CRV. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de M. W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARRETCHE, Marta. As políticas na trajetória da democracia à redução da desigualdade. *In*: ARRETCHE, Marta (Org). **Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

AZEVEDO, Janete Lins de. **A Educação como Política Pública**. Editora Autores Associados. Campinas, 2001.

BALL, Stephen. **Sociologia das Políticas Sociais e Pesquisa Crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. *Currículo sem fronteiras*, v. 6, n.2, PP. 10-32, jul/dez/2006.

BASTOS, Pedro P. Z. **Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. *In*: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (orgs.) *A Era Vargas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012

BATISTA JUNIOR, Glaucete. **Projovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2012.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas sociais: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BESEN, Beatriz. **Entre o empreendedorismo e a militância: discursos e identidades na juventude periférica**. 2020. 134 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". *In*: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRAGA, Hilda Maria Cordeiro Barroso. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos de investigação, elaboração de trabalhos acadêmicos e publicações científicas** / Hilda Maria Cordeiro Barroso Braga - São Paulo: Laços, 2015.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Os estudos das políticas públicas do Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análises políticas**. *Revista Política Hoje*. Vol. 25. Nº 1. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em : < www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/10/2020

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2019**. Disponível em : < www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/10/2020

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRENER, Branca Sylvia. **O que é Protagonismo Juvenil?**, São Paulo, PUC/ 2009.

BRITO, Maria Meirilene Lopes de. **Juventude, Pobreza e Trabalho: Desafios para o mundo contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. UECE-FORTALEZA-CE, 2006. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002, p. 247-273.

CANTANHÊDE, Rosa Maria Pimentel. **Currículo Integrado no Projovem Urbano: do discurso oficial às percepções dos educadores do Programa**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Editora. Vozes, 2003.

CARVALHO, Cynthia Paes de; OLIVEIRA, Marina Meira. **implementação de uma política educacional de combate ao fracasso escolar: percepções e ações de agentes implementadores em uma escola municipal no Rio de Janeiro**. Boletim de Análise Político-Institucional, v. 13, p. 21-28, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8121>>. Acesso em 10/01/2020

CASSAB, Clarice. **Refazendo percursos: Considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil**. Perspectiva, v. 34, n. 128, p. 39-51.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Política social e desenvolvimento no Brasil**. - Economia e Sociedade, v. 21, p. 1011-1042, 2012. Disponível em <<http://goo.gl/NySV56>> Acesso em 16/12/2020.

CAÚ, José Nildo Alves. **Projovem: Impactos da Inclusão dos Jovens- Uma análise da Inclusão dos Jovens da Qualificação Profissional do Arco de Esporte e Lazer no Recife**. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife, 2009.

CORREA, Paulo Sérgio de Almeida. **Cidade de Igarapé-Miri contribui com a elevação da epidemia de homicídios no Pará e no Brasil** (artigo), 2014. Disponível em <<https://gazetamiriense.wordpress.com/2014/07/08/os-indicadores-da-violencia-em-igarape-miri/>>. Acesso em 24/01/2020.

COSTA, Ana Maria Rayol da. **Integração do Ensino Médio e Técnico: Percepções de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Castanhal**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Belém, 2012.

CRUZ, Valmira Maria de Amariz Coelho; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues;

SILVA, Frederico Fonseca. **As perspectivas de futuro dos jovens frente à educação profissional integrada**. Revista Ciência e Tecnologia, IFRS, v.1, n.1, p.57-72, jan/jun 2014.

DAYRELL, Juarez. **O Jovem Como Sujeito Social**. Revista Brasileira de Educação. N. 24,

DELLAGNEZZE, René. **O estado de bem-estar social, o estado neoliberal e a globalização no século XXI**. 2015. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>> .Acesso em 07/10/2014.

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP, Campinas, SP, n.82,2009. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/9/CadPesqNepp82>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DOCUMENTO DA CNBB 85. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2007. Disponível em <https://www.jovensconectados.org.br/documentos/Documento_85_CNBB.pdf> Acesso em 02/02/2021

DORE, Rosemary. **Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil**. In: Caderno Fronteiras, v.2, n.2 pp. 41-56, jul/dez 2002.

DRAIBE, Sônia. (1985) **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição e as alternativas da industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 11-55. LESSA, Carlos. (1982) Quinze anos de política econômica. São Paulo: Ed. Brasiliense, pp. 27-91.

DUARTE, Andre. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra. 2000

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. NJ. Englewood Cliff, Prentice-Hall.1975.

ESCOLA ARISTÓTELES EMILIANO DE CASTRO. **Projeto Político Pedagógico - PPP**. (Não publicado). Igarapé-Miri, 2018.

FERREIRA, Antonio Marcos Quaresma. **-Violência, Vulnerabilidade Social e Políticas Públicas: um olhar sobre a situação de jovens no município de Igarapé-Miri – PA**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz. 2019. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/16.pdf>> Acesso em 10/01/2021.

FILHO, Naércio Meneses; KIRSCHBAUM, Charles. **Educação e Desigualdade no Brasil**. IN. ARRETCHE, Marta (Org). Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. **O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?**. *Nova Economia*, v. 23, p. 403-428, 2013. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/x34qvy>>. Acesso em 15/01/21.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**; editora: Forense; 1970.

GARCIA, Graça Lobato. **Memória dos engenhos do baixo Tocantins: antigos engenhos de aguardente, municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri**. Belém. PA, 2011.

GIOVANNI, Geraldo di. **Políticas Públicas e Política social**. NEEP/Unicamp. 2017

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. **A distribuição da renda no Brasil**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 12, n. 2, p. 46–66, abril/junho 1972.

IGARAPÉ-MIRI/PA. **Mapa Plano diretor do município de Igarapé-Miri**. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2006.

JEOLÁS, Leila Solberg. **O jovem e o imaginário da Aids: o bricoleur de suas práticas e representações**. 1999. Tese de Doutorado em Antropologia Social, São Paulo: PUC, 1999.

LEÓN, Oscar Dávila. **Adolescência e juventude: das noções as abordagens**. In FREITAS, Maria Virgínia de (Org). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. Ed. Ação Educativa. São Paulo, 2020.

LEÓN, Oscar. in. FREITAS, Eduardo de. "**Segregação e desigualdades nos centros urbanos**"; -*Brasil Escola*. 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/segregacao-desigualdades-nos-centros-urbanos.htm>> -Acesso em 14 de julho de 2020.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa pequena**. Belém. PA, 2007.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MANZATO, Antônio José; Adriana Barbosa SANTOS. **A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa**. Artigo Científico, 2012. Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/>>. Acesso em:04/11/2014.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158,

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOS, Fernando; BASTOS, Pedro P.; BARONE, Ricardo (2015). **As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos**. Texto para

Discussão., n. 254, IE/Unicamp. Campinas, SP: Unicamp. Disponível em: <<https://goo.gl/yWgnH3>> Acesso em 20/01/2021.

MELO, Marcus André. Estado, **Governo e Políticas Públicas**. In Miceli, Sérgio (org). **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995). Vol. 3: Ciência política. São Paulo. Caps 1999.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14 a. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUNIZ, Iremar José. **Política de formação integrada para a juventude: um estudo sobre as repercussões do PROJOVEM urbano (2008-2013)**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

NOVAES, Allan. **O jovem na literatura acadêmica: elementos para um estado da arte dos estudos da juventude**. 2018. Disponível em <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/6001/3758>> Acesso em 22/12/2020.

OLIVEIRA, Maria Ângela Alves de. **A Materialização da Integração entre a Qualificação Profissional e a Formação Geral no Âmbito do Projovem em Recife-PE**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2009.

PARÁ, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS 2011**. Disponível em <<http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/071.pdf>> Acesso em 03/04/2021.

PIMENTEL, Gracileno. **Mapa de Igarapé-Miri** (não publicado). 2020

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Pequeno Caminho de Canoa: Historiografia do município de Igarapé-Miri**, PA. Gurupi: Tocantins. Editora Veloso. 2020.

PINTO, Márcia Teixeira. **Sobre a Vivência da condição juvenil; um estudo com jovens egressos do Projovem Urbano (2008/2010) da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo estrutura social**. 1. ed. - São Paulo: Ed. Boitempo, (2015). Disponível em: <<https://goo.gl/mH8an5>> Acesso em 10/01/2021.

PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

RAMOS, Antônia Márcia Meireles. **Projovem Urbano como Política Pública de Educação: Escolarização e Inserção Profissional dos Egressos no Município de Imperatriz-MA**. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2014. Rio de Janeiro. 2003.

RELATÓRIO FINAL DO PROJovem /2005-2008. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. CAED UFJF. Novembro, 2009. Disponível em <
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br>> Acesso em 10/05/2020.

REZENDE, Vera F. (org.). **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.** Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012.

RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO. **Trajetória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** in ARRETCHE, Marta (Org). As políticas na trajetória da democracia à redução da desigualdade. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **-Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&MP, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** 2ª Edição. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / -** São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. Disponível em <
http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf> Acesso em 05/04/2021.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século 20.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ-EPSJV, Sociologia. Rio de Janeiro, 1983, p.112-122.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Bruno da. AMORIM, Tanielle Santos. A produção, venda e renda do açaí: um estudo no município de Igarapé-Miri /PA. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária.** Curitiba. Paraná. Brasil. 2017.

SOLERA, Carlos. In. CATTANI, Antonio David; DIAZ, Laura Mota (org) **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas.** Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2005.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

TAVARES, Maria C.; BELLUZZO, Luiz G. (1998) **Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil.** In BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. (orgs). Desenvolvimento capitalista no Brasil, v.1. Campinas, SP: IE/Unicamp, pp. 139-160

TEIXEIRA, Daniel Viana. **Desigualdade de Gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres.** *Revista Direito GV* 11. São Paulo. Janeiro a Junho, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade.** AATR, BA. 2002.

THOMAZINI, Jéssica. **ProJovem Urbano : conceitos de juventude, participação e cidadania e suas contradições.** Rio Claro, 2017. [↗](#)